

2018

# Auditoria da Liberdade Econômica



Centro de Liberdade Econômica  
Mackenzie

## Relatório Técnico

Política econômica,  
credibilidade monetária,  
tamanho do governo,  
regulação, sistema legal e  
garantia de direito de  
propriedade e liberdade  
econômica do comércio.

Prof. Dr. Lucas Grassi Freire  
Prof. Dr. Paulo Rogério Scarano  
Prof. Dr. Pedro Raffy Vartanian  
Prof. Dr. Reynaldo Cavalheiro Marcondes  
Prof. Ms. Rodrigo Saraiva Marinho  
Prof. Dr. Vladimir Fernandes Maciel

Jun. 2018

São Paulo, Brasil

Caro(a) leitor(a),

O Centro Mackenzie de Liberdade Econômica lança a Auditoria da Liberdade Econômica no Brasil, com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios ampliar a prosperidade da nação.

Você é membro de um grupo seletivo que pode conduzir o Brasil no caminho para um futuro mais próspero para todos os seus cidadãos. Para isso, disponibilizamos informações importantes com respeito às políticas que geram prosperidade. Felizmente, um modelo confiável para um futuro melhor.

Se partilhada por todos, a liberdade econômica mostra-se eficaz na geração de resultados econômicos e sociais positivos, incluindo diversificação na economia, aumento do crescimento econômico, expansão na criação de empregos, estabilidade política e desenvolvimento pacífico de outras liberdades.

A liberdade econômica reflete a habilidade de indivíduos e famílias tomarem suas próprias decisões econômicas sem a interferência do governo ou de corporativistas. Em poucas palavras, a criatividade e a motivação dos indivíduos são mais efetivas na criação de prosperidade e outros resultados positivos que o planejamento governamental ou a ganância corporativista.

A análise consistiu em examinar áreas específicas de política econômica, como credibilidade monetária, tamanho do Governo, regulação, sistema legal e garantia de direito de propriedade e liberdade econômica do comércio. O grupo preparou um parecer sobre suas discussões, conclusões e recomendações. Uma equipe de pesquisadores reuniu todos esses pareceres detalhados de recomendações que estão neste documento.

Além disso, a Análise das Políticas Econômicas no Brasil traz tabelas que apresentam o Índice de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE), que trata dos *rankings* e avaliações estaduais para os estados brasileiros, baseados no Índice de Liberdade Econômica para a América do Norte do Fraser Institute.

O IMLEE é um levantamento que analisa e avalia as condições de se empreender e ter sucesso no mercado e o grau de interferência estatal, bem como o desempenho do país nas áreas do Índice de Liberdade Econômica do Mundo. Há tabelas que comparam o Brasil às dez melhores nações em cada área; a média das dez melhores, ao mundo; a outras nações americanas; aos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), menos o Brasil; às nações que são fontes tradicionais de imigrantes e as nações que são fontes novas de imigrantes para o país.

Os estudos culminaram neste relatório final, que está sendo apresentado agora ao público, governo, mídia, pesquisadores, empresários e formadores de opinião. Ele é uma semente que esperamos colher frutos para um Brasil melhor, que tenha uma verdadeira guinada rumo a um ambiente economicamente livre, com mudanças mais substantiva em diversas variáveis, principalmente na “integridade do governo” e na “liberdade empresarial”.



Neste ano de eleições, esta análise – que está sendo entregue aos presidentiáveis, candidatos aos governos estaduais e suas equipes – tem a missão de apontar possíveis caminhos que os futuros governantes possam adotar para a retomada da economia e, conseqüentemente, promover o crescimento do Brasil.

Boa leitura!

# Auditoria da Liberdade Econômica 2018

## Propostas de ação

### **Tamanho do Governo**

Gastos governamentais, impostos e o a presença de empresas estatais aumentam o controle sobre o setor privado, desta forma a liberdade econômica é reduzida e se sujeita às decisões governamentais.

#### **Redução do consumo do Governo:**

- 1) Corte de privilégios de políticos - há uma grande quantidade de recursos que estão disponibilizados para inúmeros fins;
- 2) Reduzir drasticamente o número de cargos comissionados;
- 3) Aumentar fundamentalmente os mecanismos de transparência e acompanhamento dos gastos;
- 4) Priorizar de atividades fins;
- 5) Ampliar a automação dos serviços públicos;
- 6) Unificar o tratamento legal das relações de trabalho privada e pública;
- 7) Foco na contenção de gastos.

#### **Caminhos para reduzir a interferência governamental na economia:**

- 1) Privatizações;
- 2) Desregulamentação;
- 3) Simplificação tributária;
- 4) Desburocratização;
- 5) Aprimoramento do sistema de freios e contrapesos;
- 6) Ênfase em trocas de direitos de propriedade por meio do mercado não do Estado.

### **Regulação**

Os governos também podem desenvolver regulamentações onerosas que limitam o direito para trocar, ganhar crédito, contratar ou trabalhar para quem você deseja, ou operar livremente seu negócio.

#### **Regulação do mercado de crédito**

- 1) Ampliar a oferta de crédito hoje concentrada no Banco do Brasil, Caixa Federal, BNDES e outras instituições financeiras públicas, por outros atores privados;
- 2) Reduzir a burocracia na concessão de crédito para as micro e pequenas empresas, que tem que incorrer em custos desnecessários com as exigências de atestados,

comprovantes e diversas certidões negativas, já que o Fisco dispõe de adequado arcabouço normativo para executar débitos;

- 3) Estabelecer o Cadastro Positivo para empresas;
- 4) Abrir a participação de agentes financeiros estrangeiros na oferta de crédito;
- 5) Permitir às *fintechs* captarem recursos financeiros para concederem crédito a empresas;
- 6) Facilitar e estimular o crédito para a inovação tendo em vista as exigências da Economia 4.0;
- 7) Aumentar o acesso às informações sobre decisões e ações do setor público sobre crédito, aproveitando a Lei da Transparência.

### **Regulação do mercado de trabalho**

- 1) Estabelecer um salário-mínimo para o trabalho de menores entre 14 e 18 anos, mas abaixo daquele de adultos;
- 2) Facilitar a admissão de jovens de 18 anos tornando o serviço militar facultativo;
- 3) Tornar as contribuições aos Sistemas S facultativas;
- 4) Permitir a liberação ou movimentação do FGTS a qualquer tempo pelo trabalhador, já que este recurso é seu e não do Estado;
- 5) Oferecer incentivo para o cumprimento de cotas de contratação de aprendizes e deficientes, pois a legislação apenas penaliza quem não o cumpre, tendo em vista que nem sempre é possível preencher as ofertas de vagas, especialmente para os deficientes;
- 6) Rever o papel da Justiça do Trabalho, tendo em vista a queda expressiva da demanda após a recente Reforma Trabalhista, enquadrando-a como uma especialidade da Justiça.

### **Regulação dos negócios**

- 1) Avançar na redução de tempo para abertura e fechamento de empresas, como ocorre com as ME;
- 2) Promover a sincronização de processos entre diversos órgãos fiscais por meio da informatização plena;
- 3) Reduzir drasticamente o custo das empresas com a pronta disponibilização de informações atualizadas pelo Estado, especialmente as de natureza fiscal;
- 4) Ampliar a atuação do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) para torná-la a única base dados para as obrigações tributárias nos três níveis dos governos;
- 5) Adotar a concessão do Alvará Provisório para agilizar a instalação física das empresas;
- 6) Haver consulta prévia obrigatória às empresas sobre impactos de novas legislações tributárias e nas mudanças das já existentes, adotando-se o Decálogo da OCDE para esta finalidade;
- 7) Avaliar antecipadamente o custo/benefício das intervenções públicas no ambiente competitivo das empresas;
- 8) Avançar a Reforma Tributária, focando a adoção do IVA no âmbito federal;
- 9) Acabar com o monopólio estatal dos correios;
- 10) Alterar regulação das concessões na área de telecomunicações para a modalidade de Autorização;
- 11) Tornar as agências reguladoras menos susceptíveis a ingerências políticas.

## **Sistema Legal e Garantia de Direito de Propriedade**

A proteção das pessoas e de suas propriedades adquiridas legalmente é um elemento tanto da liberdade econômica quanto da sociedade civil. É a mais importante função do governo.

### **1) Como podemos aumentar a independência do sistema legal?**

- Concorrência entre as justiças, posso optar em litigar na justiça estadual ou federal;
- Judiciário custeado pelas custas e não pelos tributos, quem não pode pagar não precisa pagar as custas, só quem tem condições.

### **2) Como podemos aumentar a imparcialidade e integridade dos tribunais?**

- Ações para evitar a influência política, alterar o quinto, votação de todo judiciário para definir os 6 ou os 12 indicados;
- Alterar os critérios de escolha dos Juízes, uma das opções é a votação através dos próprios Juízes;
- Mandato de 10 anos para o STF;
- Fim da Justiça do Trabalho, seus casos se integram a Justiça Federal.

### **3) Como podemos melhorar a execução de contratos?**

- Redução do tempo de execução, modelo argentino, sistema automático de cadastro com Serasa/SPC e automatização das consequências ao devedor;
- Possibilitar a existência do oficial de justiça privado, diversos exemplos em outros países;
- Possibilitar citação eletrônica.

### **4) Como podemos aumentar a confiança na polícia, bom como reduzir os custos do crime?**

- Aumento de pena e certeza do cumprimento dela para crimes com vítima;
- Acabar com crimes sem vítimas;
- Aumentar a segurança jurídica para a polícia;
- Integração das polícias, exemplo de SP, integração polícia civil e militar. Integração do trabalho de investigação com o policiamento ostensivo;
- Aumento de investimento em inteligência.

### **5) Como melhorar os direitos de propriedade?**

- Permitir usucapião de terras que pertencem a União, Estados e Municípios;
- Desburocratizar a compra e venda de propriedades;
- Facilitar a hipoteca de imóveis para pedido de empréstimo.

## **Credibilidade Monetária**

A inflação corrói o valor dos salários e economiza ganhos com justiça. Credibilidade Monetária é, portanto, essencial para proteger os direitos de propriedade. Quando a

inflação não é apenas alta, mas também volátil, torna-se difícil para os indivíduos planejarem o futuro e, assim, usar a liberdade econômica de forma eficaz.

### **1) Taxa de crescimento da moeda**

- 1) Brasil avançou nesse quesito com estabilidade recente dos preços;
- 2) Há necessidade de cautela na condução da política monetária;
- 3) A taxa de crescimento do estoque de moeda não deve crescer de forma acelerada;
- 4) Cuidado com a questão fiscal para evitar a “monetização” da dívida no futuro;
- 5) Reequilíbrio nas contas públicas para se evitar, no futuro, a “emissão de moeda” como uma solução para problemas fiscais.

### **2) Desvio padrão da inflação**

- 1) Inflação sob controle, mas ocorreram elevadas taxas no passado recente (10,67% em 2015);
- 2) Ampliar a autonomia do Banco Central do Brasil (que é de fato, mas não de direito) e iniciar a discussão para o processo de independência do Banco Central do Brasil – independência da política monetária de preferências políticas;
- 3) Com autonomia/independência tem-se previsibilidade da inflação, reduzindo os desvios da inflação em relação à meta, atualmente em 4,5% ao ano;
- 4) Deve-se evitar represamento de preços e artificialismo nos preços, pois a recomposição de preços defasados provocou, no passado, ampliação no desvio da inflação.

### **3) Inflação**

- 1) Inflação sob controle é importante para consumidores, produtores e agentes da economia em geral, pois permite previsibilidade para o ambiente de negócios;
- 2) Inflação elevada corrói o poder de compra das famílias, acarreta imposto inflacionário e penaliza as classes menos favorecidas;
- 3) No processo de retomada do crescimento econômico brasileira, a estrutura de oferta da economia seja ampliada diante do histórico de ausência de estrutura do lado da oferta em períodos de crescimento, o que acabou resultando em aumento da inflação.

### **4) Conta bancária em moeda estrangeira no país**

- 1) Não é permitida conta bancária no país em moeda estrangeira, o que exige a livre conversibilidade de Real;
- 2) A possibilidade de manutenção dos ativos em moeda local e/ou estrangeira facilitaria o ambiente de negócios em uma economia cada vez mais integrada com o mercado internacional e reduziria os custos de transação.

## **Comércio Internacional**

Liberdade de troca - em seu sentido mais amplo, comprar, vender, fazer contratos, e assim por diante - é essencial para a liberdade econômica, que é reduzida quando a liberdade de troca não inclui empresas e indivíduos de outros países.

- 1) Diminuição bilateral, multilateral e, se for o caso, unilateral de tarifas;
- 2) Melhoria de infraestrutura de portos, aeroportos;
- 3) Desregulação para que haja concorrência e aumento de eficiência na montagem de novas estruturas de portos, aeroportos ou melhoria dos presentes;
- 4) Impacto positivo sobre o comércio, atração de capital, investimentos diretos de fora, turismo, facilitando atravessar fronteiras e, portanto, facilitando o comércio internacional;
- 5) Melhoria no nível de informações para negociações com o Brasil;
- 6) Retomada do papel das embaixadas, câmaras de comércio e eventos para ambiente propício aos negócios, critérios e requisitos;
- 7) Diminuição da burocracia administrativa;
- 8) Portal único de comércio exterior, com centralização e digitalização dos formulários, com o intuito de cumprir a meta de consolidar esse processo (conforme acordo com a Organização Mundial de Aduanas);
- 9) Continuidade e flexibilização de política consular, que apoia bem o cidadão brasileiro no exterior e o estrangeiro que atravessa nossa fronteira ao lidar com vistos, com alguma flexibilização de vistos recíprocos mediante, por exemplo, acordos bilaterais com outros países;
- 10) Melhoria no ambiente de atuação entre governos locais, universidades e empresas para fomentar uma situação de negócios inovadores com uso de investimento estrangeiro;
- 11) Rever a postura hiperpolitizada do MRE, retomando seu caráter semi-independente, conhecidamente histórico, em relação à política presidencialista;
- 12) Sinalizar cumprimento de promessas feitas no âmbito internacional, sendo importante para que o fluxo de bens e serviços continue através da fronteira;
- 13) Diminuição de barreiras regulatórias e trabalhistas para tornar o mercado brasileiro mais atraente ao investimento do estrangeiro;
- 14) Entrada em tratados de redução mútua de barreiras tarifárias em setores específicos;
- 15) Violência - uma barreira não-oficial - aumenta o risco de efetivação de negócios com o Brasil.

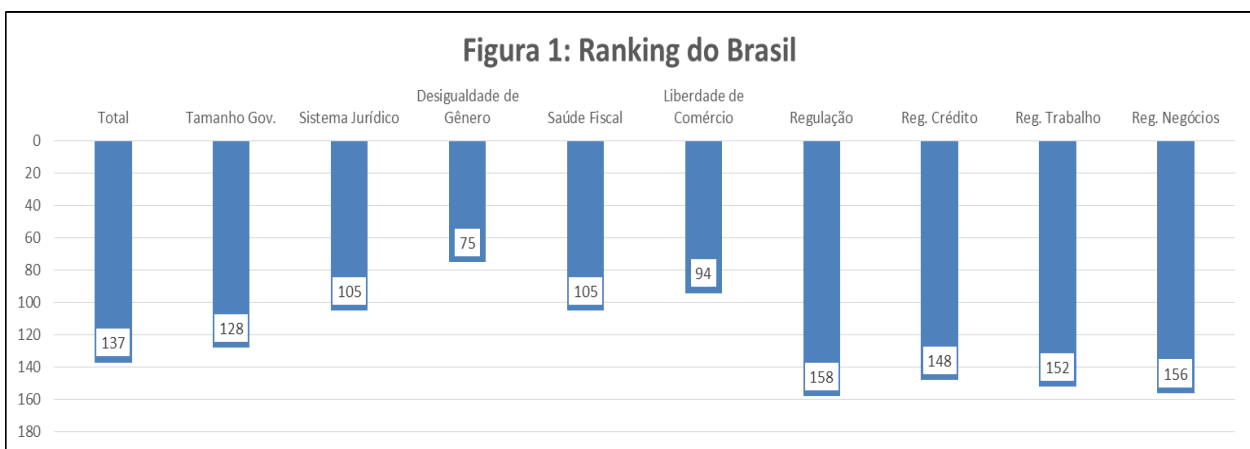


# Ampliando a Liberdade Econômica do Brasil

Baseado no relatório de 2017 com dados de 2015

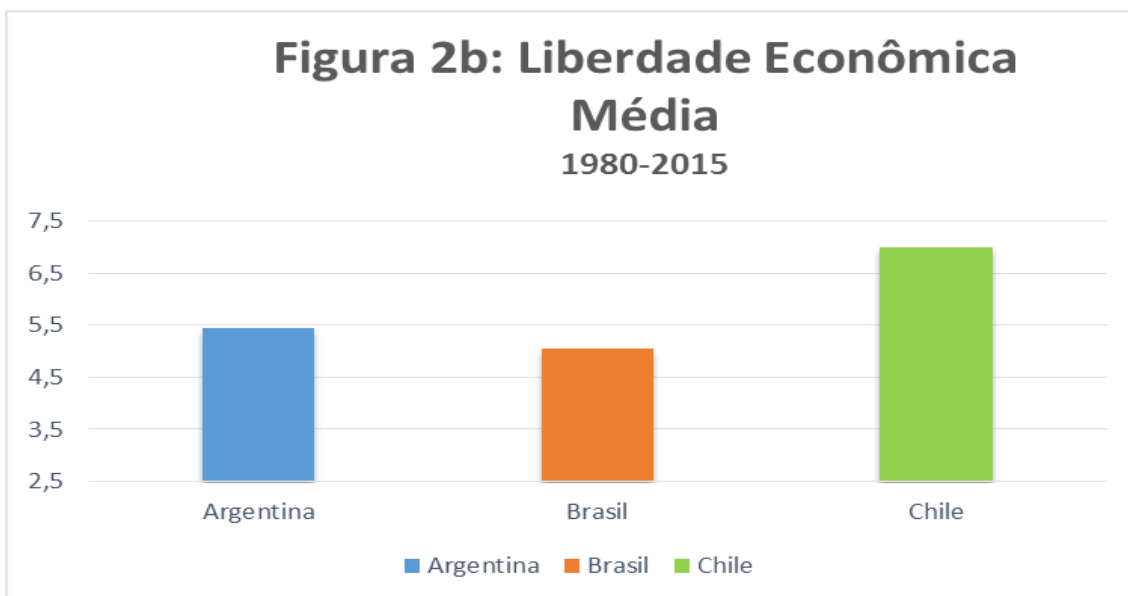
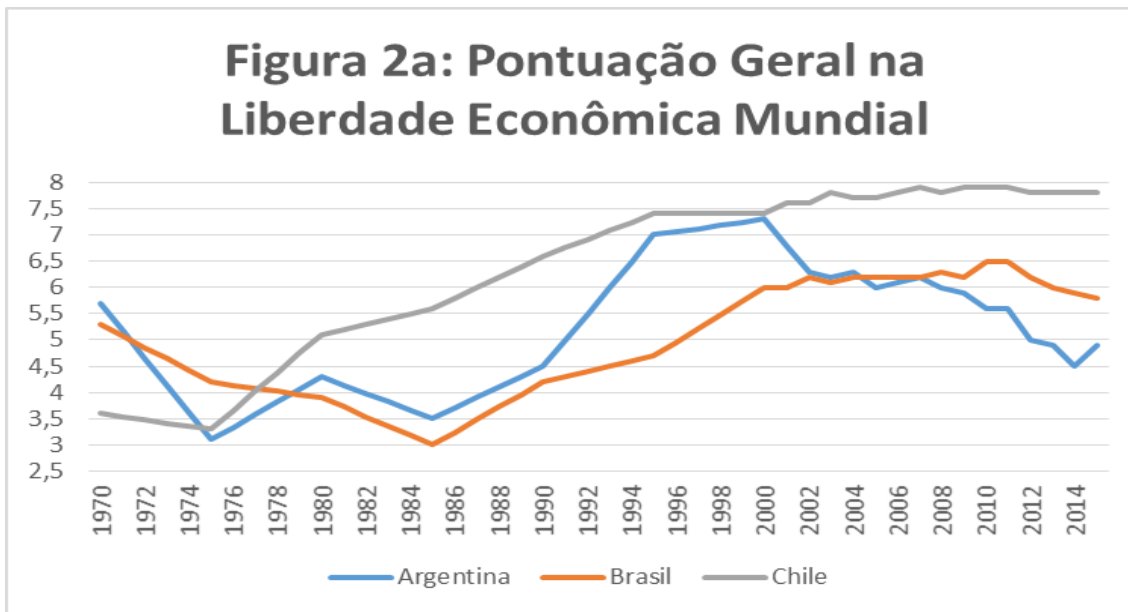
## **DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL**

Nos periódicos mundiais de pesquisa “avaliada por pares”, a liberdade econômica mostra-se eficaz na geração de resultados econômicos e sociais positivos, incluindo maior crescimento econômico, aumento da estabilidade política e o desenvolvimento pacífico de outras liberdades (veja o Apêndice para maiores detalhes.)

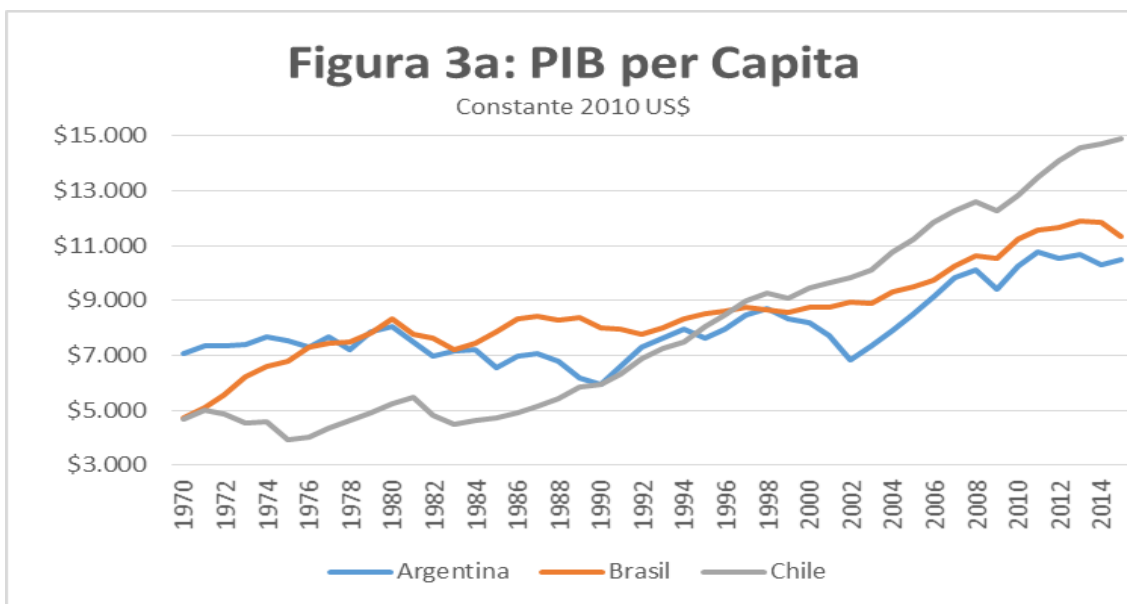


Infelizmente, o Brasil é um país majoritariamente não livre. Das 159 nações no Índice de Liberdade Econômica, o Brasil ocupa a 137ª colocação (veja Figura 1). Há problemas em todas as áreas de liberdade econômica.

Na área crucial de sistema legal e segurança do direito de propriedade, o Brasil ocupa a 105ª colocação. Em burocracia e regulação, que podem sufocar o crescimento de uma economia, está na 158ª colocação, isto é, na penúltima colocação, precisamente entre Venezuela (último lugar) e o Zimbábue (antepenúltimo). As áreas específicas de liberdade econômica serão discutidas posteriormente.

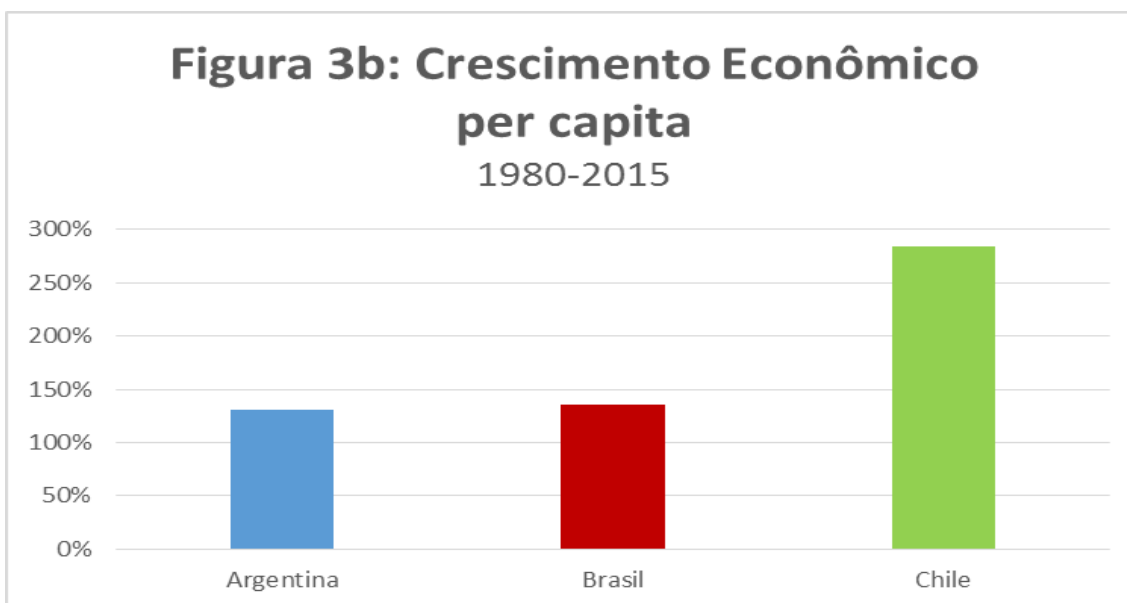


A Figura 2a mostra a evolução da liberdade econômica no Brasil, Argentina e Chile, enquanto a Figura 2b apresenta a sua média geral de liberdade econômica no período 1980-2015. O Chile lidera com grande margem. A média da Argentina é levemente superior à do Brasil; mas, como mostra a Figura 2a, a Argentina apresentou variações drásticas em liberdade econômica, o que aumenta a incerteza e reduz os ganhos econômicos.



A Figura 3a mostra que o PIB per capita do Brasil cresceu mais rápido que o da Argentina ou do Chile durante a década de 1970, quando o nível de liberdade econômica do Brasil - embora em declínio - era maior que o dessas duas nações.

A liberdade econômica disparou no Chile<sup>1</sup> na década de 1980, elevando sua economia a um novo patamar e transformando uma das nações mais pobres da América do Sul na nação mais rica da região, com enorme declínio na pobreza. Como mostra a Figura 3a, o Chile foi de *consideravelmente* mais pobre que o Brasil e a Argentina para *substancialmente* mais rico.



Em 2015, a economia chilena, em uma base per capita, era quase três vezes mais próspera que foi em 1980, enquanto o Brasil cresceu 36% ao longo do mesmo período, um pouco à frente da Argentina (veja a Figura 3b).

<sup>1</sup> Ninguém aprova o processo sangrento e antidemocrático em que as reformas econômicas foram introduzidas no Chile, mas os resultados têm sido tão positivos para o povo chileno que todos os governos democraticamente eleitos, sejam de direita ou esquerda, mantiveram a estrutura básica das reformas.

O Brasil precisa com urgência do dinamismo da liberdade econômica estendido para todos para diversificar a economia. Criar esse dinamismo é o objetivo desse projeto.

### Brasil, corrupção e liberdade econômica

O Brasil tem sido acometido por uma série de escândalos de corrupção. O impacto da liberdade econômica sobre a corrupção precisa ser enfatizado, posto que ela por si só diminui a corrupção.

A falta de liberdade econômica é a matéria-prima da corrupção. Se você precisa pedir a permissão de alguém para fazer algo, então, haverá alguém para exigir pagamentos (sejam legais ou não). Se você é economicamente livre e capaz de tomar suas próprias decisões econômicas, se você não precisa da permissão de alguém para fazer algo – abrir um negócio, obter uma decisão justa no tribunal, encontrar um bom emprego sem pagar propina, etc. – então, não existe nenhum pagamento, e a corrupção perde seu poder.

E a persistente interferência do governo (ou do corporativismo) na economia que favorece alguns negócios enquanto reduz a liberdade econômica e a igualdade concorrencial, também alimenta a corrupção. Existem pessoas a subornar para obter favores governamentais ou evitar penalidades governamentais. Se o governo libera a economia, deixando de atrapalhar, não existem favores a ser comprados, nem propinas a serem pagas e, novamente, a corrupção perde o seu poder.

### O que é liberdade econômica

A liberdade econômica reflete a habilidade de indivíduos e famílias tomar suas próprias decisões econômicas sem a interferência do governo ou de corporativistas. A liberdade econômica permite que produtores e vendedores compitam livremente em condições de igualdade, livres da burocracia e da regulação que, com frequência, são projetadas para conceder vantagens aos poderosos e restringir a liberdade do resto da população. Com liberdade econômica, os consumidores têm uma escolha livre, e não restrita pelo governo ou pelos poderosos.

É fácil ver como a liberdade econômica promove prosperidade e bem-estar. Qualquer transação livremente acordada deve beneficiar todas as partes; qualquer transação que não beneficiasse todas as partes seria rejeitada pela parte que se considerasse prejudicada no acordo. Tal fato tem consequências para a economia como um todo. Consumidores que são livres para escolher só serão atraídos por qualidade superior e preço.

Produtores e vendedores, incluindo novos entrantes, são bem-vindos no mercado e devem melhorar o preço e a qualidade de seus produtos para atender as demandas de consumidores, pois, caso contrário, os consumidores não negociarão com eles. Bilhões de transações mutuamente benéficas ocorrem todos os dias, energizando a dinâmica que impulsiona o aumento de produtividade e criação de emprego na economia.

A liberdade econômica gerou prosperidade na Europa e na América do Norte. Ela está impulsionando o crescimento em nações mais economicamente livres na Ásia, América Latina e África.

Níveis elevados de liberdade econômica promovem crescimento econômico e prosperidade, bem como outros resultados positivos. Há mais de 600 artigos “revisados por pares” que examinaram o impacto de níveis crescentes de liberdade econômica, concluindo que ela não só promove prosperidade, mas também outros resultados positivos tais como o aprofundamento da democracia, o fortalecimento de outras liberdades, e a redução das tensões civis (Veja o Apêndice para mais detalhes sobre a pesquisa.)

A liberdade econômica transforma a dinâmica de qualquer sociedade. Quando as pessoas tomam suas próprias decisões econômicas, elas ganham apenas quando produzem produtos ou serviços desejados na livre troca – em outras palavras, ganham ao melhorar a vida de seus pares. O próximo se torna consumidor, fornecedor ou cliente. Com o passar do tempo, isso gera tolerância e um senso comum de cidadania.

Quando governos – ou amigos do governo sob o capitalismo corporativista – controlam a economia, ela cresce lentamente ou nem mesmo cresce. Indivíduos e grupos de interesse digladiam por riqueza e privilégio; as pessoas ganham ao cultivar conexões e reduzir as oportunidades dos outros. Com muita frequência, o indivíduo não se beneficia no papel de indivíduo, mas como um membro de um grupo de interesse, seja econômico, ético, político ou religioso. Sem liberdade econômica, os maiores ganhos se acumulam nas mãos daqueles que cortam um pedaço maior de um pequeno bolo para si, deixando os outros em pior situação.

Já com liberdade econômica, os maiores ganhos são alcançados pelas pessoas que aumentam o tamanho do bolo para todos, em vez de cortar um pedaço maior para si enquanto prejudicam os outros. É uma mudança dramática na dinâmica que, com o passar do tempo, transforma a sociedade.

Os brasileiros merecem um sistema justo, com oportunidade para todos. Ao expandir a liberdade econômica, os brasileiros têm a habilidade de desenvolver políticas econômicas que levarão à prosperidade e protegerão a liberdade, a democracia e a paz conquistadas com tanto esforço.

O povo brasileiro não precisa trabalhar ou se mudar para o exterior para ter uma vida melhor. Ela pode ser vivida aqui no Brasil.

### **Auditoria da Liberdade Econômica no Brasil: contexto**

Esta conferência inovadora – em que todos os participantes terão voz direta na determinação de conclusões e recomendações – usará o Índice de Liberdade Econômica do Mundo, publicado pelo Fraser Institute do Canadá, como seu instrumento de medida.

O Prêmio Nobel Douglass North chama esse índice de “o mais próximo que temos” de uma definição de “mercados eficientes”, o que, por sua vez, leva ao crescimento econômico. Sessenta dos melhores acadêmicos de diversas disciplinas, incluindo três Prêmios Nobel, envolveram-se na construção desse índice.

#### Áreas de liberdade econômica

##### *Tamanho do governo: gastos do governo, carga tributária e saúde fiscal*

À medida que os gastos, a carga tributária e o tamanho das empresas estatais crescem, a escolha individual é substituída pela decisão governamental, e a liberdade econômica é reduzida.

##### *Sistema legal e segurança do direito de propriedade*

Proteção de indivíduos e sua propriedade legalmente adquirida é um elemento central tanto da liberdade econômica como da sociedade civil. De fato, é a função mais importante do governo.

##### *Estabilidade da moeda*

A inflação corrói o valor de salários e poupança legalmente obtidos. Logo, a estabilidade monetária é essencial para a proteção do direito de propriedade. Quando a inflação é não só elevada, mas também volátil, isso dificulta o planejamento futuro dos indivíduos e, portanto, sua capacidade de utilizar a liberdade econômica.

### *Liberdade de comércio exterior*

A liberdade de comércio – em seu sentido mais amplo, comprar, vender, fazer contratos e assim por diante – é essencial para a liberdade econômica, a qual é reduzida quando a liberdade de comércio não inclui negócios e indivíduos de outras nações.

### *Regulação dos mercados de crédito, de trabalho e de negócios*

Governos não só utilizam um conjunto de ferramentas para limitar o direito ao comércio exterior, mas também desenvolvem regulações onerosas para limitar o direito ao comércio interno, à obtenção de crédito, à contratação e demissão de funcionários e à operação dos negócios. Essa área mede os limites sobre a liberdade econômica impostos pela regulação excessiva.

## **O processo de auditoria**

Durante o ano de 2018, o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica reunirá importantes oficiais de governo, empresários, acadêmicos e jornalistas para compartilhar sua experiência prática e conclusões sobre como o Brasil pode avançar e aumentar a liberdade econômica.

O desafio desse projeto será desenvolver estratégias para colocar o Brasil entre as dez melhores nações do Índice e, por fim, na primeira colocação de cada categoria. Nações exitosas podem prover um modelo que auxilie os formuladores de políticas a encontrar soluções apropriadas para o Brasil.

Um documento com os resultados dessas discussões será preparado e distribuído aos participantes para análise antes da redação do relatório final.

Faça o download gratuito do Índice Liberdade Econômica do Mundo (em inglês):

<https://www.fraserinstitute.org/studies/economic-freedom>

Para uma revisão da pesquisa feita com base nesse índice, consulte:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/coep.12010/abstract>

## Áreas individuais de liberdade econômica no Brasil

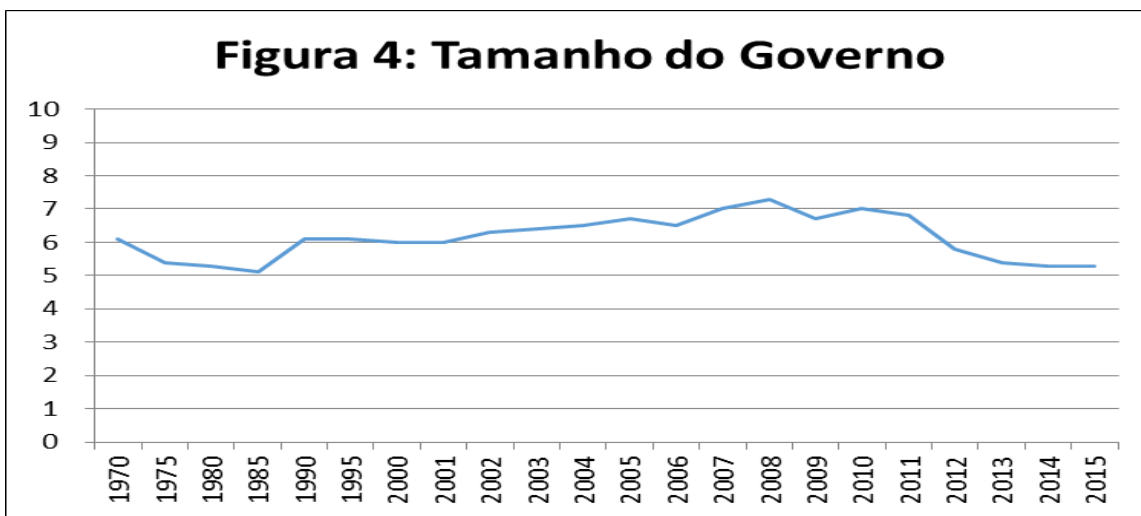
### Tamanho do governo

Gasto público e carga tributária elevados do governo podem desencorajar outras atividades econômicas, bem como limitar a liberdade econômica das pessoas.

O Brasil tem desempenho muito ruim nessa área para uma nação de renda média (veja Tabela 1). Nações mais ricas, como aquelas que, no passado, proveram grandes fluxos imigratórios ao Brasil, podem custear governos maiores e, ainda assim, o Brasil só se iguala a essas nações em tamanho de governo, enquanto fica muito abaixo da média das nações em situação similar à do Brasil, incluindo outras nações latino-americanas.

Essa tabela também destaca uma triste ironia: os imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, franceses e alemães vieram ao Brasil devido à promessa de vidas melhores e, hoje, aqueles que decidiram permanecer na Europa vivem em nações com prosperidade imensamente maior.

Anexo – Tabela 1



O tamanho do governo brasileiro é um dos fatores que mantém a economia brasileira paralisada. O tamanho do governo brasileiro pode ser visto facilmente por quão baixa é a nota em comparação a qualquer outra nação latino-americana, mas também frente a outros BRICS e à média mundial.

O que o próprio governo consome, o consumo do governo, é muito elevado; e a mesma tendência se verifica no nível de interferência do governo na economia, sob a forma de estatais e investimentos governamentais. Ambos o consumo governamental e as grandes estatais, como os brasileiros sabem, são grandes fontes de corrupção, novamente, minando o crescimento econômico.

Outra questão pertinente é se brasileiros obtêm retorno sobre seus tributos. Esse dinheiro é destinado ao provimento de um estado de direito estável e segurança, à promoção do bem-estar e à entrega de serviços essenciais, ou ele é destinado a propósitos políticos e enriquecimento privado?

Não obstante, infelizmente, o Brasil piorou consideravelmente nessa área na última década (veja a Figura 4).

Questões propostas:

- O gasto governamental é eficiente – em outras palavras, o povo brasileiro tem retorno sobre os tributos?
- O gasto governamental é politizado – em outras palavras, o dinheiro é usado para financiar funções essenciais do governo ou é usado para conceder favores a vários grupos de interesse, enriquecendo quem está no poder?
- A tributação é justa e de base ampla?
- O governo tem sido capaz de usar os fundos para prover serviços essenciais como estado de direito e regulação eficiente e honesta?
- Como o consumo do governo pode ser reduzido?
- Qual é o melhor caminho para reduzir a interferência governamental na economia?

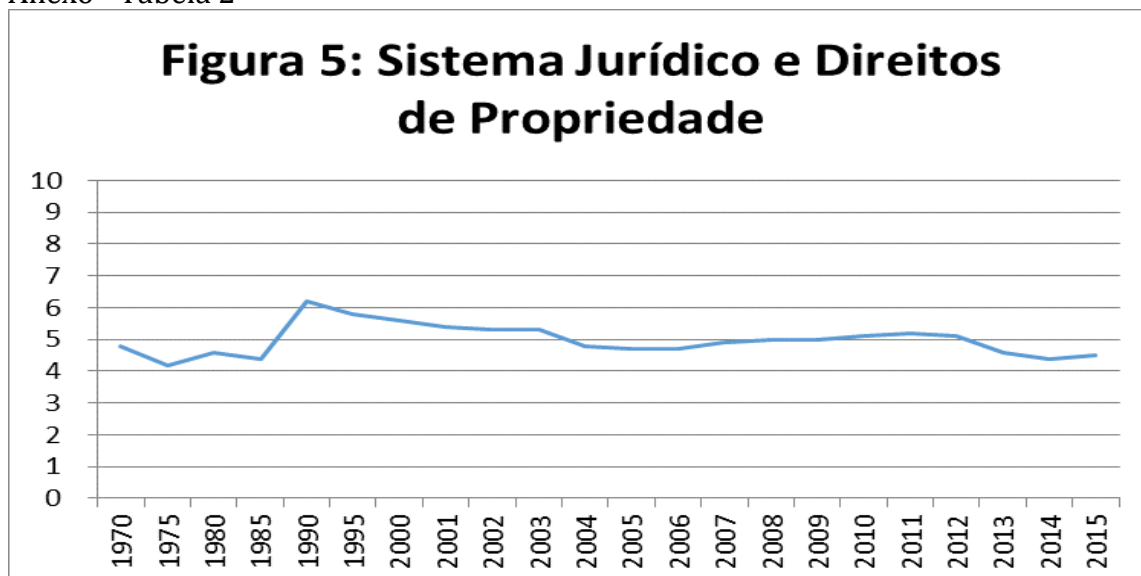
Colunas marcadas como “nota” contém a nota de liberdade econômica, 0-10, onde valores maiores indicam níveis maiores de liberdade econômica; colunas marcadas como “dados” contém os dados brutos. Por exemplo, em consumo governamental, Hong Kong tem uma nota 8, refletindo consumo governamental igual a 12,7% do PIB. Dados também estão inclusos para a Tabela 3.

#### O Estado de Direito e o direito de propriedade

Infelizmente, o estado de direito tem se enfraquecido bastante nos últimos anos, de um nível inicial já baixo. (Veja a Figura 5). Essa é uma área crítica para o Brasil. O Brasil fica atrás de todas as outras nações e médias na Tabela 2, embora fique abaixo da média da América Latina por uma pequena margem. Na América Latina em geral, o estado de direito é fraco e um grande obstáculo ao crescimento econômico.

Uma economia de mercado eficiente não é possível sem um sistema legal estável e previsível que protege os direitos de propriedade e contrato de todos, com igualdade e justiça. Melhorias aqui podem ser o grande desafio e oportunidade para o Brasil. Em particular, podemos citar: a falta de independência, de imparcialidade e de integridade do sistema legal, a falta de execução legal de contratos, a falta de confiabilidade na polícia e, por fim, os custos da criminalidade nos negócios atrasam o Brasil.

Anexo - Tabela 2





Além disso, a falta de independência judicial, integridade legal e tribunais imparciais pode politizar o sistema legal e conceder privilégios especiais aos ricos e aos poderosos, o que enfraquece a liberdade econômica dos outros membros da sociedade.

A execução legal de contratos também é crucial, pois quando ela é falha desencoraja pessoas e empresas a celebrar contratos dada à insegurança das partes quanto à execução justa do mesmo, bem como à resolução eventual de disputas via poder judiciário. Tal incerteza reduz o espaço para acordos livremente celebrados no mercado.

A falta de confiança na polícia, bem como o alto custo da criminalidade sobre os negócios aumentam o risco e, no pior dos mundos, expõem os empresários à violência e destruição.

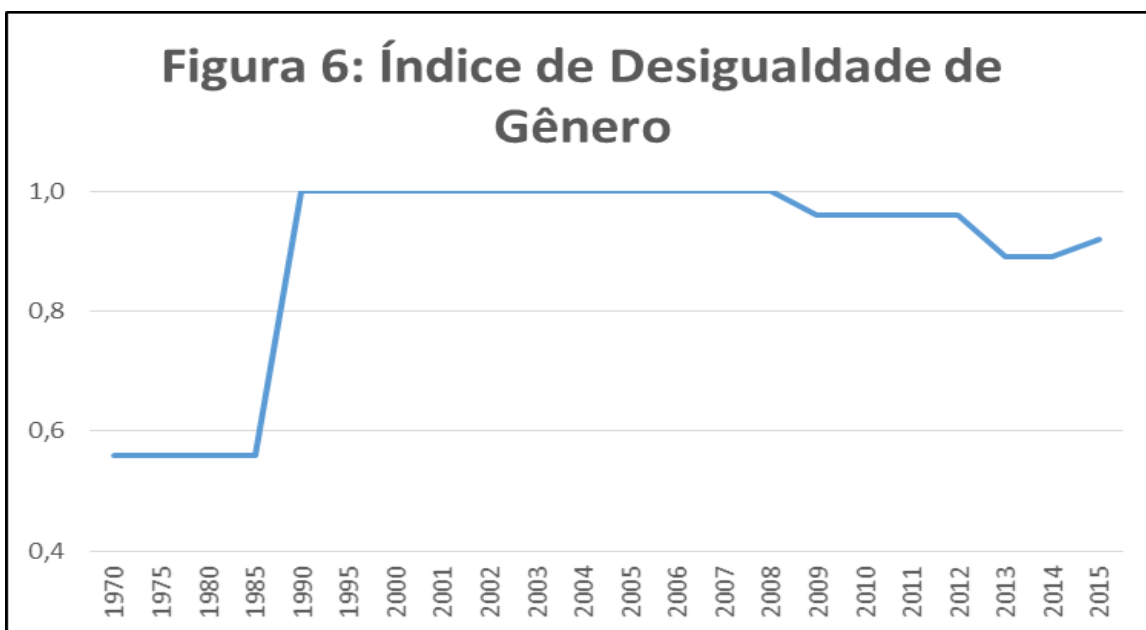
As notas baixas do Brasil apontam para uma grande urgência de melhorias. Ele está muito atrás de todas as nações e abaixo das médias dessas nessa área, incluindo as de outras nações da Ásia Central.

Questões propostas:

- Como podemos aumentar a independência do sistema legal?
- Como podemos aumentar a imparcialidade e integridade dos tribunais?
- Como podemos melhorar a execução de contratos?
- Como podemos equalizar o sistema legal, tornando-o justo para todos, ricos e poderosos, pobres e fracos?
- Como podemos aumentar a confiança na polícia, bem como reduzir os custos do crime?

O Ajuste de desigualdade de gênero.

O ajuste de desigualdade de gênero é uma nova medida da extensão em que a liberdade econômica se estende para mulheres, se as leis de uma nação tratam as mulheres igualmente em questões econômicas – por exemplo, iniciar um negócio, emprego e assim por diante. A nota vai de 0 a 1.



O Brasil está na 75ª colocação no mundo na extensão da igualdade econômica para as mulheres. Isso é um entrave para a prosperidade e o crescimento. Ele reflete certas restrições sobre a participação das mulheres em alguns ramos de atividade no mercado de trabalho. Além das consequências econômicas, essa é uma questão de igualdade e liberdade.

## Desafio

O estado de direito oferece a infraestrutura da liberdade econômica. Sem ele, os ricos e os poderosos usarão seu poder para proteger seus privilégios e limitar a liberdade e as oportunidades dos outros no mercado. Isso limita o dinamismo e o crescimento econômico.

Não há desafio maior para o Brasil que melhorar sua nota geral, e todos os aspectos do estado de direito e direitos de propriedade.

E isso inclui reformar leis e regulações que limitam especificamente a liberdade econômica das mulheres.

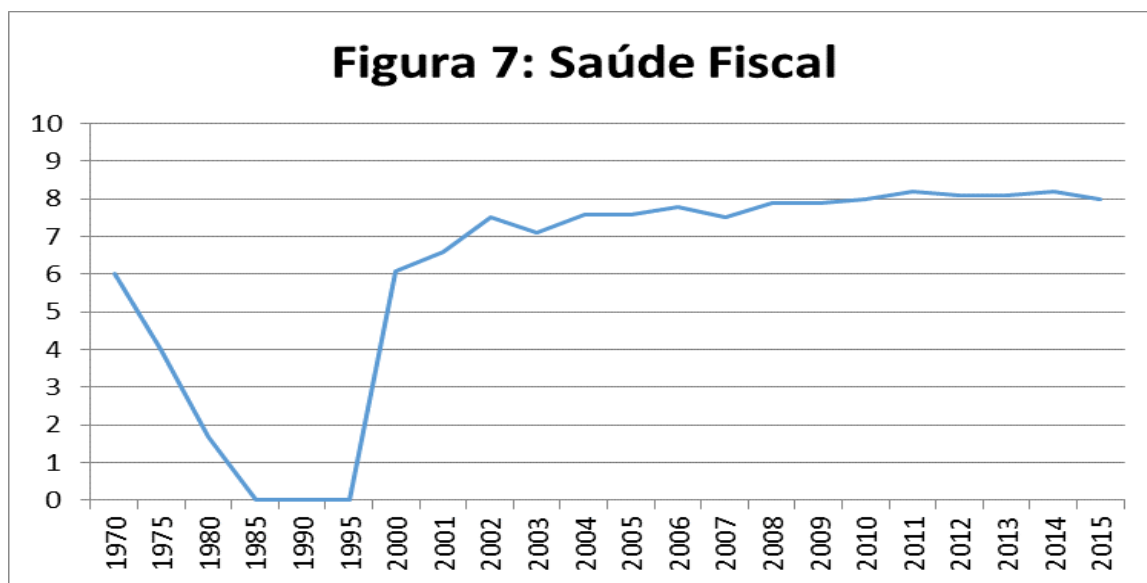
O ajuste de desigualdade de gênero vai de 0 a 1, em vez de 0 a 10. Essa nota é usada para ajustar a nota do estado de direito. Nações que recebem menos que 1 tem sua nota de estado de direito multiplicada pelo ajuste de desigualdade de gênero.

<https://www.fraserinstitute.org/sites/default/files/economic-freedom-of-the-world-2017.pdf>

## Estabilidade da moeda

A inflação corrói o valor de salários e poupança legalmente obtidos. Logo, a estabilidade monetária é essencial para a proteção do direito de propriedade. Quando a inflação é não só elevada, mas também volátil, isso dificulta o planejamento futuro dos indivíduos e, portanto, sua capacidade de utilizar a liberdade econômica.

## Anexo – Tabela 3



O Brasil tem nota relativamente ruim no quesito *estabilidade monetária* mesmo que a sua nota tenha crescido nos últimos anos e, de forma dramática, desde a década de 1990. (Veja as Figura 6 e Tabela 3). Além disso, nos dados mais recentes, a taxa de inflação é uma das mais baixas em anos.

Contudo, restrições sobre a liberdade de possuir conta bancária em moeda estrangeira prejudicam a liberdade de controle pessoal de recursos.

## Questões propostas:

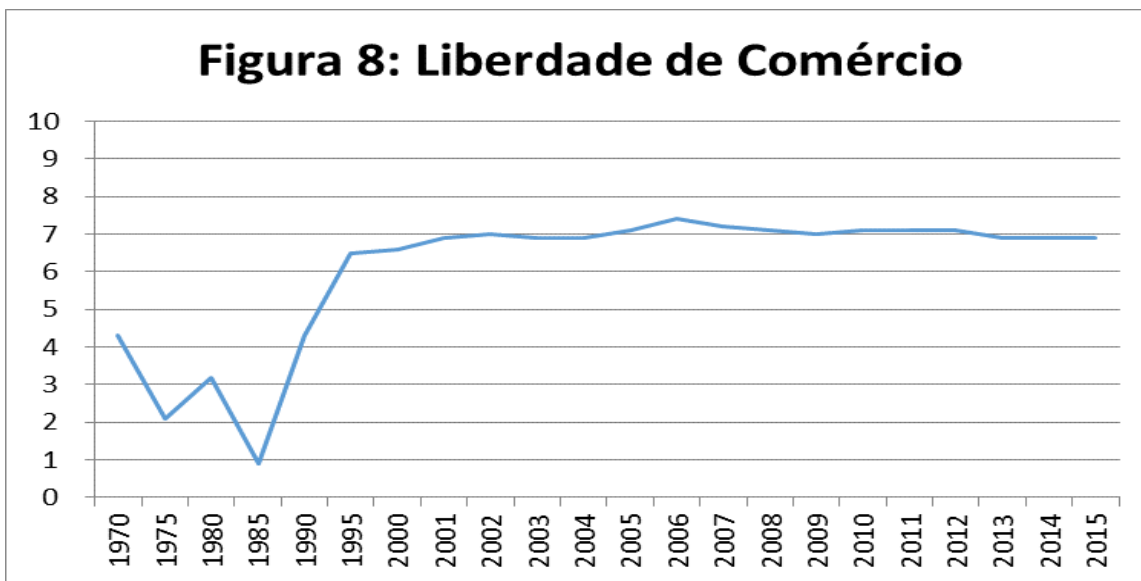
- O Brasil está tomando as medidas apropriadas para lidar com a ameaça da inflação?

### Liberdade de comércio internacional

Assim como indivíduos e negócios no Brasil deveriam ser capazes de comprar e vender para quem quisessem dentro de seu próprio país, eles deveriam ter o mundo como seu mercado.

A nota do Brasil se estagnou nos anos recentes e, em 2015, o ano mais recente para o qual dados estão disponíveis, o Brasil ocupava a 94<sup>a</sup> colocação, criando uma barreira ao crescimento da prosperidade. (Veja Figura 7)

Anexo - Tabela 4



Para prosperar, o Brasil precisa ser capaz de vender para 7,5 bilhões de pessoas no planeta, e não apenas para 210 milhões de cidadãos brasileiros. O Brasil está bem atrás dos 10 melhores, e abaixo da média das nações que forneceram imigrantes para o Brasil, cujos povos e governos têm descoberto que o caminho da prosperidade passa por ver o mundo como um grande mercado global. (Veja a Tabela 4).

Muito do problema está na burocracia e na ineficiência, com o Brasil obtendo notas baixas em barreiras não-tarifárias, custos de *compliance* e barreiras regulatórias.

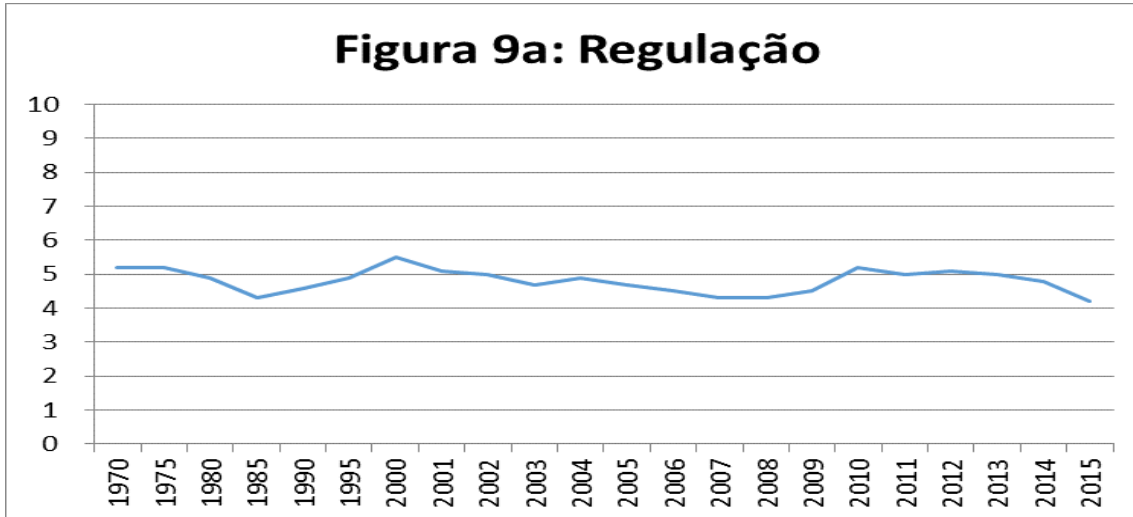
Restrições à propriedade e investimentos de estrangeiros, bem como controles de capital enfraquecem o IED, que foi o motor do crescimento nos primeiros anos das nações hoje mais avançadas.

Questões propostas:

- Que obstáculos existem ao comércio internacional no Brasil?
- Como as barreiras ao comércio, tanto os oficiais como as não oficiais, podem ser removidas?
- Como o Brasil pode se abrir ao investimento internacional?

Regulação

O Brasil, junto com Venezuela e Zimbábue (não uma boa companhia), é o líder mundial em regulação, burocracia e ineficiência, bem como na corrupção que isso gera, na medida em que oficiais demandam propinas para liberar licenciamentos (Veja a Figura 1)

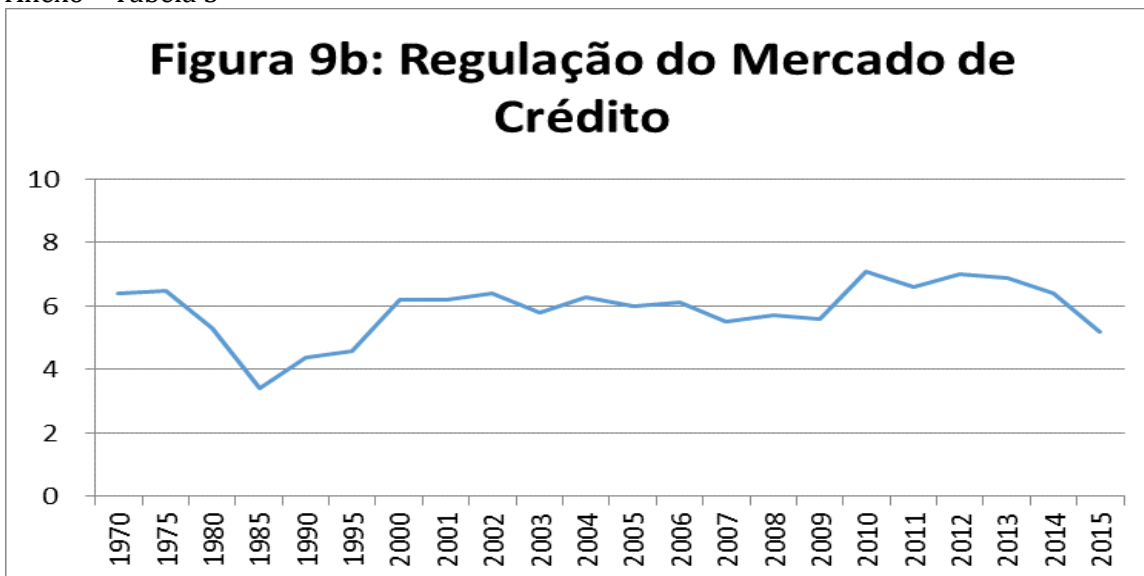


Exceto por um pequeno aumento ao final da última década, o Brasil tem piorado no quesito regulação desde o ano de 2000.

A) Regulação do Mercado de crédito

Acesso ao crédito é essencial para uma economia próspera. O Brasil está bem atrás tanto da Europa avançada como das médias das 10 melhores nações. O crédito é a força motriz do crescimento empresarial para criar prosperidade e empregos. A importância disso para o crescimento econômico é enfatizada pelo fato que as 10 melhores nações nessa área obtêm nota 9.9.

Anexo – Tabela 5



Questões propostas:

- Como podemos aumentar o crédito ao setor privado no Brasil?



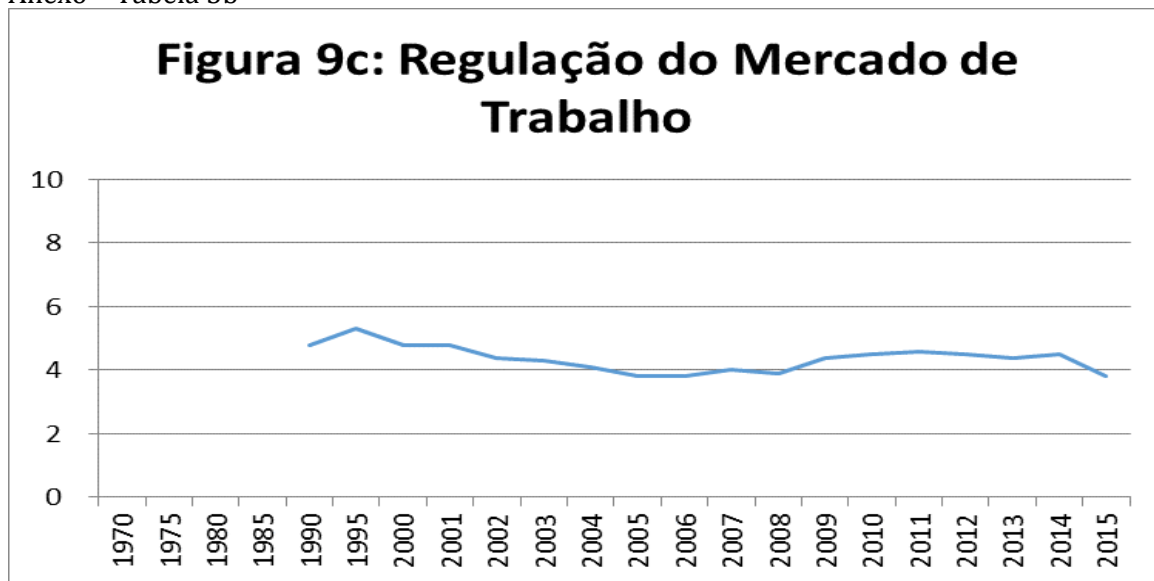
- Quais são os obstáculos para a obtenção de crédito no Brasil, em particular, no caso de pequenas e médias empresas?
- Como podemos facilitar o acesso ao mercado de crédito?
- Como podemos remover as restrições à propriedade de bancos?

#### 4B) Regulação do mercado de trabalho

Burocracia, restrições e regulações estão destruindo empregos e oportunidade no mercado de trabalho brasileiro. A nação está na 152ª colocação em regulações do mercado de trabalho.

Além disso, o Brasil tem de longe a pior nota entre as nações e médias na Tabela 5b.

Anexo – Tabela 5b



O Brasil tem piorado, e piorado significativamente, nos últimos anos. (Veja a Figura 9c.)

Você deveria ser capaz de contratar quem você deseja e trabalhar para quem você deseja e não ter que obter liberações desnecessárias e vencer diversos tipos de burocracias.

A falta de liberdade no mercado de trabalho exclui muitas pessoas do dinamismo de uma economia de mercado crescente. Ela suprime o crescimento do emprego ao tornar a contratação cara e arriscada. Isso é particularmente verdade no que tange às regulações de demissão. À primeira vista, elas parecem proteger empregos, mas o que, de fato, fazem é evitar a criação de empregos. Empresas ficam relutantes a contratar posto que não podem reduzir sua força de trabalho se um empregado falha em seu trabalho ou se as vendas ficam abaixo do esperado.

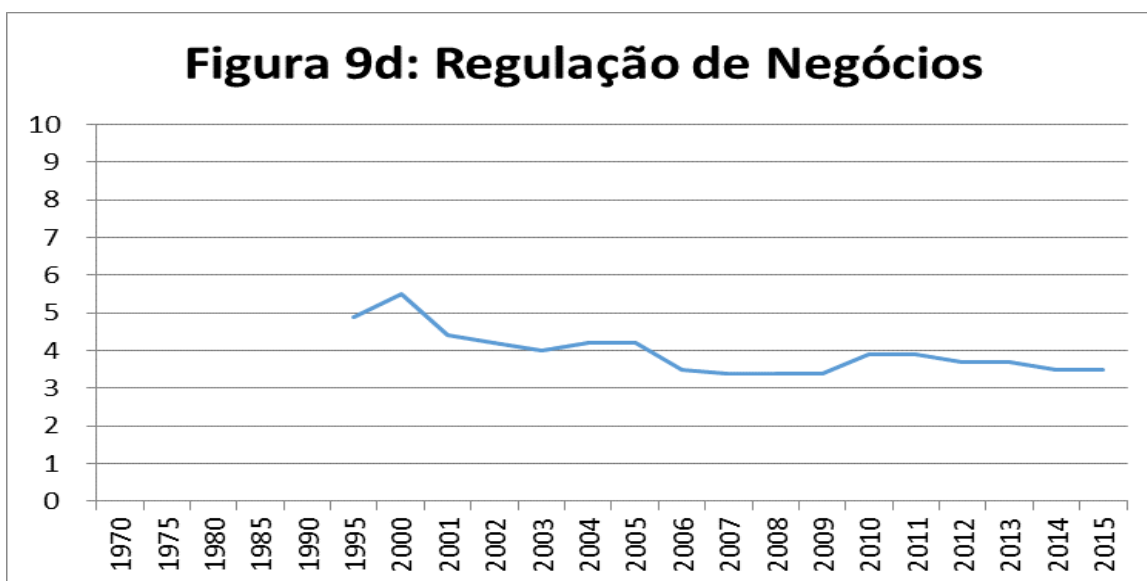
Questões propostas:

- Quais são os obstáculos à contratação no Brasil?
- Quais são os obstáculos à demissão no Brasil?

#### B) Regulação dos negócios

Regulação excessivamente rigorosa pode reduzir a expansão dos negócios ou os lucros, justamente os meios para aumentar investimento, bem como a motivação para mais investimentos.

Anexo – Tabela 5c



O Brasil está classificado na 156<sup>a</sup> colocação em burocracia contra os negócios. Sua nota tem sido mais ou menos consistente por quase uma década. (Veja a Figura 9d). Requisitos administrativos, custos de burocracia, custo de conformidade com legislação fiscal e “pagamentos extras” reduzem a formação de empresas e enfraquecem as que já existem.

É importante enfatizar a nota deprimente do Brasil no quesito *custo de conformidade com legislação fiscal*. Apenas três nações obtêm zero aqui: Brasil, Bolívia e Nigéria. Acredite ou não, isso coloca o Brasil atrás da Venezuela e da Líbia. Em *requisitos administrativos*, o Brasil está na 158<sup>a</sup> colocação, na frente apenas da Venezuela.

Cortar essa camada de burocracia diminuiria o outro grande problema nessa área, os *pagamentos ilícitos*, dado que pesados requisitos administrativos e burocráticos alimentam a corrupção ao permitir aos oficiais do governo a exigência de propinas em troca de “atalhos” na burocracia, o que, frequentemente, dá aos oficiais a habilidade de exigir “pagamentos extras”.

Questões propostas:

Como podemos reduzir os seguintes custos?

- requisitos administrativos
- custos de burocracia
- a necessidade de “pagamentos extras”

### Preparação do relatório

Com base no evento, os pesquisadores prepararão um relatório preliminar e um questionário subsequente para os participantes. Uma série de entrevistas de acompanhamento podem também ser feitas. Qualquer estudo complementar sugerido nas discussões também deveria ser realizado. Após esses passos, o relatório final seria preparado, publicado e apresentado ao governo.

Esse evento também poderia ser a ponte para uma série futura de mesas redondas para examinar cada área específica de liberdade econômica, propondo formas para implementar reformas necessárias.

## Apêndice I: Liberdade econômica - visão geral

Indivíduos têm liberdade econômica quando a propriedade que adquirem sem o uso da força, fraude ou roubo é protegida de invasões físicas de terceiros, e aqueles são livres para usar, trocar ou doar as suas propriedades desde que suas ações não violem os direitos idênticos dos outros. Um índice de liberdade econômica deveria medir a extensão pela qual a propriedade legalmente adquirida está protegida, e os indivíduos estão engajados em transações voluntárias. (Gwartney, Lawson, and Block, 1996).

Essa é a definição clássica de liberdade econômica, dada na primeira edição do Índice de Liberdade Econômica do Mundo – 1975-1995. O projeto Liberdade Econômica apresenta o que há de melhor na pesquisa econômica atual aplicada à prosperidade e a outros resultados positivos; entretanto, a prática da liberdade econômica em si é tão antiga quanto a história, e tão comum quanto às pequenas feiras de agricultores, vistas em todo lugar.

Devido à presença da liberdade econômica ao longo da história, o projeto *Liberdade Econômica do Mundo* gera relatórios similares ao redor do mundo, incluindo estudos de liberdade econômica entre os estados da Índia, as províncias da China, os países europeus, e as nações árabes, além de muitos outros relatórios subnacionais e regionais.

O Índice de Liberdade Econômica do Mundo usa 42 variáveis em 5 áreas-chave para medir a liberdade econômica de um país. Assim, ele oferece uma descrição de uma economia e, ao examinar variáveis individuais, uma prescrição das melhores políticas públicas. O índice foi concebido para medir como indivíduos livres e famílias tomarão suas próprias decisões econômicas. A liberdade econômica libera a motivação e a criatividade dos indivíduos, e tem um impacto positivo e consequências dinâmicas em todos os setores da economia. O Prêmio Nobel Douglass North considerou o Índice de Liberdade Econômica a melhor descrição disponível de “mercados eficientes”.

A Rede Liberdade Econômica do Mundo é formada por institutos independentes de pesquisa em 100 nações e territórios. Os seus resultados são divulgados pelos principais veículos de mídia do mundo.

A origem do Índice de Liberdade Econômica do Mundo remonta ao ano de 1984. O diretor-executivo do Fraser Institute, Michael Walker, em conjunto com Milton e Rose Friedman, iniciou o projeto Liberdade Econômica para aumentar o entendimento da conexão entre ela e as liberdades política e civil, e como elas desempenham um papel coletivo ao influenciar o desempenho econômico.

A fase de pesquisa inicial do projeto envolveu 60 dos pensadores mais astutos do mundo, incluindo diversos Prêmios Nobel. Nos anos subsequentes, diversos economistas, cientistas políticos, filósofos e sociólogos refinaram o entendimento de liberdade e, em particular, nossa habilidade para identificar quando a liberdade existe num lugar, e quando ela não existe.

Esse melhor entendimento – apresentado sob a forma de relatórios sobre liberdade econômica por James Gwartney, Robert Lawson e Joshua Hall em cooperação com outros – levou a um conjunto de conclusões importantes. Os gráficos são simplesmente retratos no tempo, mas são baseados em pesquisa séria presente nos periódicos acadêmicos mais respeitados do mundo.

## **O impacto da liberdade econômica**

Estudos baseados em fatos, publicados nos periódicos acadêmicos, mostraram que a liberdade econômica promove crescimento, prosperidade e outros resultados positivos. A relação de liberdade econômica e prosperidade não surpreende. Indivíduos e famílias são mais capazes de cuidarem de si próprios quando livres para fazê-lo, sem restrições externas.

Além disso, a liberdade econômica tem valor intrínseco e é intimamente ligada a todas as outras liberdades. Indivíduos e famílias deveriam ter o direito inerente de tomar suas próprias decisões econômicas. Quando o fazem, tal liberdade econômica liberta-os da dependência governamental, abrindo caminho para outras liberdades.

A liberdade econômica transforma a dinâmica de qualquer sociedade. Quando as pessoas tomam suas próprias decisões econômicas, elas ganham apenas quando produzem produtos ou serviços desejados na livre troca – em outras palavras, ganham ao melhorar a vida de seus pares. O próximo se torna consumidor, fornecedor ou cliente. Com o passar do tempo, isso gera tolerância e um senso comum de cidadania.

Quando governos – ou amigos do governo sob o capitalismo corporativista – controlam a economia, ela cresce lentamente ou nem mesmo cresce. Indivíduos e grupos de interesse digladiam por riqueza e privilégio; as pessoas ganham ao cultivar conexões e reduzir as oportunidades dos outros. Com muita frequência, o indivíduo não se beneficia no papel de indivíduo, mas como um membro de um grupo de interesse, seja econômico, ético, político ou religioso. Sem liberdade econômica, os maiores ganhos se acumulam nas mãos daqueles que cortam um pedaço maior de um pequeno bolo para si próprio, deixando os outros em pior situação.

Já com liberdade econômica, os maiores ganhos são alcançados pelas pessoas que aumentam o tamanho do bolo para todos; sem liberdade econômica, os maiores ganhos são daqueles que cortam um pedaço maior do bolo para si próprio em detrimento dos outros. Essa é a razão principal porque a liberdade econômica promove a democracia e outras liberdades. (Griswold, 2004).

Desde a publicação da primeira edição do Índice de Liberdade Econômica do Mundo em 1996 e, mais recentemente, índices nacionais e regionais, mais de 600 artigos acadêmicos e sobre políticas públicas usaram o índice de liberdade econômica para explorar a relação entre liberdade econômica e outros resultados socioeconômicos. Aqui, focaremos primeiramente na relação entre liberdade econômica e crescimento econômico e prosperidade.

Intuitivamente, é esperado que a liberdade econômica tenha um impacto positivo no crescimento econômico, pois ela cria um ambiente que permite aos indivíduos e às empresas alocar seus recursos para o seu uso mais valorado. Não obstante, essa “intuição” deve ser provada empiricamente. Um dos primeiros estudos, Easton e Walker (1997) concluíram que mudanças na liberdade econômica tem um impacto significativo sobre o nível de renda mesmo depois que os níveis de tecnologia, de educação da mão de obra e de investimento geral são contabilizados.

De Haan e Sturm (2000) mostram empiricamente que mudanças positivas (negativas) na liberdade econômica levam a mudanças positivas (negativas) nas taxas de crescimento econômico. Utilizando o Índice de Liberdade Econômica publicado em Gwartney, Lawson, and Block (1996), bem como o PIB per capita de 80 países, seus resultados indicam que, após o nível educacional, investimento e crescimento populacional terem sido levados em conta, mudanças na liberdade econômica tem um impacto significativo no crescimento econômico.

Gwartney e Lawson (2004) examinaram o impacto da liberdade econômica sobre o crescimento econômico, porém com um foco específico em investimento e produtividade. Eles concluíram que a liberdade econômica promove fortemente o investimento. Nações com uma nota abaixo de 5 em



liberdade econômica (em uma escala de 0 a 10, onde o valor maior indica um nível superior de liberdade econômica) atraíram US\$ 845,00 em investimento por trabalhador ao longo do período de 1980 a 2000, e apenas US\$ 68,00 por trabalhador em IED. Nações com uma nota de liberdade econômica acima de 7 atraíram US\$ 10.871 em investimento por trabalhador, incluindo US\$ 3.117 em IED.

Além disso, o investimento é mais produtivo em nações economicamente livres. Mantendo constantes outros fatores que supostamente afetam crescimento e produtividade, tais como o PIB inicial per capita, a localização tropical, a localização costal, mudança no investimento humano e investimento público, Gwartney e Lawson concluíram que um aumento de 1% na razão investimento privado/PIB leva a um aumento na taxa de crescimento per capita de 0,33 ponto percentual em um país economicamente livre. O mesmo aumento em investimento privado em um país economicamente menos livre aumenta a taxa de crescimento do PIB per capita em 0,19 ponto percentual.

Em outras palavras, investimento em nações economicamente livres (com uma nota acima de 7) teve um impacto positivo sobre o crescimento 70% maior do que o investimento em nações com níveis piores de liberdade econômica (com nota abaixo de 5).

Usando o mesmo modelo de regressão, Gwartney e Lawson também calcularam o impacto da liberdade econômica sobre o crescimento geral através de efeitos diretos e indiretos. Eles concluíram que, se uma nação aumentasse sua liberdade econômica em uma unidade (em uma escala de 0 a 10) na década de 1980, teria agregado crescimento de 1,9 ponto percentual por ano ao longo do período de 1980 a 2000. Devido às taxas elevadas de crescimento associadas à liberdade econômica, eles também concluíram que a liberdade econômica de longo prazo explica cerca de 2/3 da variação do PIB entre países.

Aumento na liberdade econômica também reduz a pobreza (Norton e Gwartney, 2008). Em especial, a taxa de pobreza ponderada de US\$ 1 por dia era de 29,7% em 2004 para países com notas inferiores a 5, mas apenas 7,7% para países com notas entre 6 e 7; a faixa de pobreza de US\$ 2 caiu de 51,5% para 46,2% e, por fim, 38,9% à medida que você vai dos países menos livres para os mais livres. Além disso, o aumento de uma unidade na nota entre 1980 e 1995 foi associado a uma redução de 5,21 pontos percentuais na faixa de pobreza de US\$ 1, e 5,22 pontos percentuais na faixa de pobreza de US\$ 2.

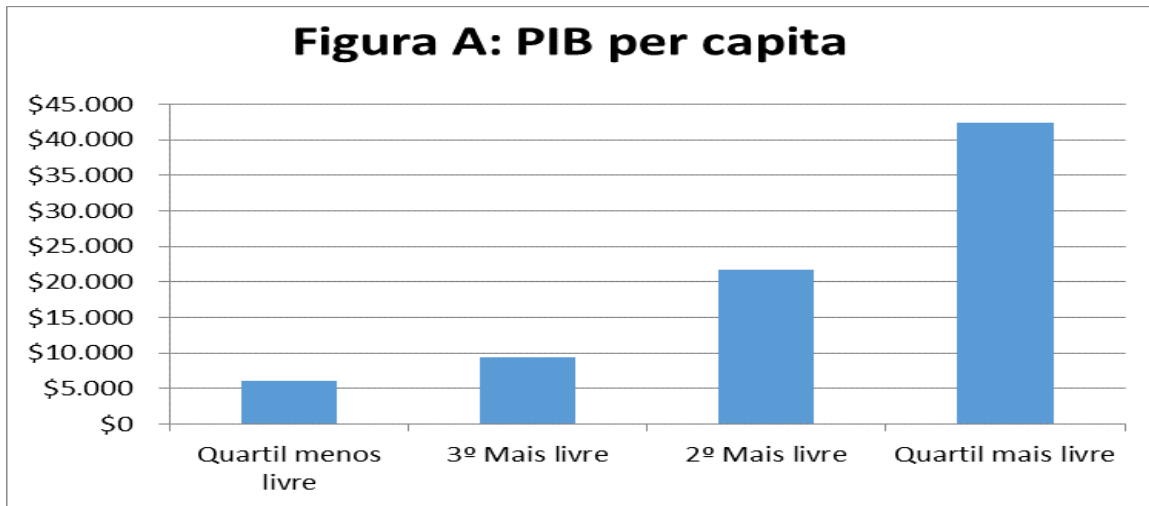
Norton e Gwartney também examinaram a relação entre liberdade econômica e outras medidas de bem-estar. Nas economias menos livres, 72,6% da população tinha acesso à água potável comparado com cerca de 100% nas economias mais livres. A expectativa de vida das pessoas no grupo majoritariamente livre estava 20 anos acima da registrada para economias majoritariamente não-livres. A maioria das economias livres tinha mais que o dobro de médicos para cada 1000 cidadãos em comparação às economias não livres. Para cada 1000 nascimentos, 64 crianças mais sobreviveram em economias majoritariamente não-livres por ano que em países majoritariamente não-livres. Para cada 1000 de crianças em idade inferior a 5 anos, 109 crianças mais sobreviveram em países majoritariamente livres cada ano do que naqueles países que são majoritariamente não livres.

### **Gráficos ilustrativos**

As figuras a seguir ilustram resultados importantes na pesquisa baseada no índice mundial. Nelas, o Índice de Liberdade Econômica é dividido em quartis, do menos para o mais livre. Todos os valores monetários respeitam a paridade de poder de compra em dólar de 2011.

Figura A: Liberdade Econômica e Prosperidade

Gráficos em quartis podem ajudar a ilustrar resultados importantes. As nações incluídas no relatório são divididas em quatro quartis baseados em seu nível de liberdade econômica. A Figura mostra que as nações no quartil mais livre do índice de liberdade econômica têm um PIB per capita de US\$ 42.463 por ano em comparação ao PIB de US\$ 6.036 nas nações menos livres. Isso provavelmente superestima o PIB per capita das nações menos livres. Não há dados suficientes para incluir no índice muitas nações que parecem ter níveis baixíssimos de liberdade econômica e miséria generalizada, tais como a Coreia do Norte.



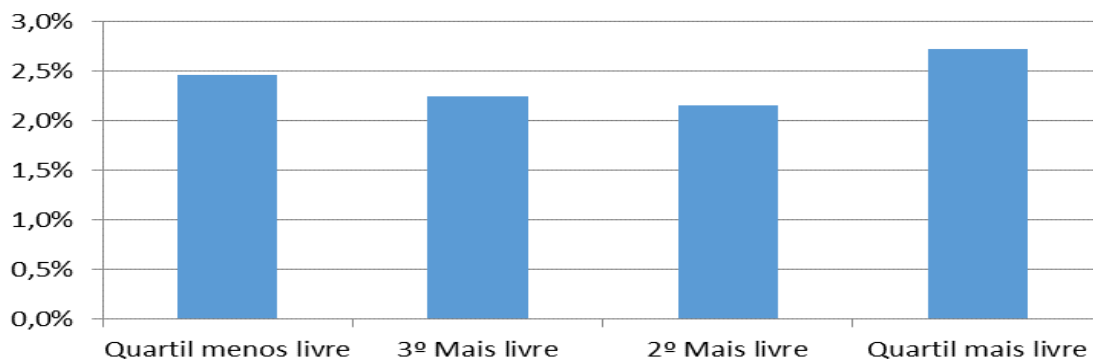
Figuras Bi e Bii: Liberdade Econômica e Desigualdade

Mesmo a prosperidade beneficiando todas as pessoas, ela não beneficia mais os ricos que os pobres, piorando a desigualdade? A redistribuição de renda parece não ser muito afetada pela liberdade econômica e mercados abertos, como muitos estudos já mostraram (Veja Sala-i-Martin, 2002). Na verdade, nas nações economicamente mais livres, os 10% mais pobres recebem uma parcela levemente superior da renda nacional, 2,73%, enquanto, nas nações menos livres, 2,46%

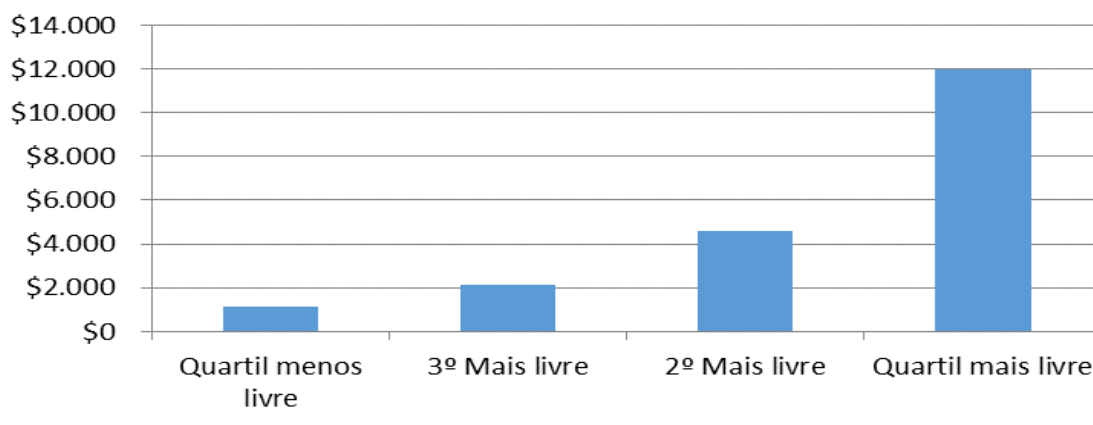
Mais importante, devido à prosperidade econômica gerada pela liberdade, porções similares da renda nacional produzem resultados dramaticamente distintos para os pobres em nações livres versus aqueles em nações não livres. Os 10% mais pobres em nações menos livres tem uma renda média de apenas US\$ 1124 por ano (embora isso novamente superestime a renda média de países como Coreia do Norte e Cuba, que não estão incluídas no índice devido a falta de dados). Os 10% mais pobres nas nações mais livres tem uma renda média de US\$ 11,998, dez vezes a renda das nações menos livres.



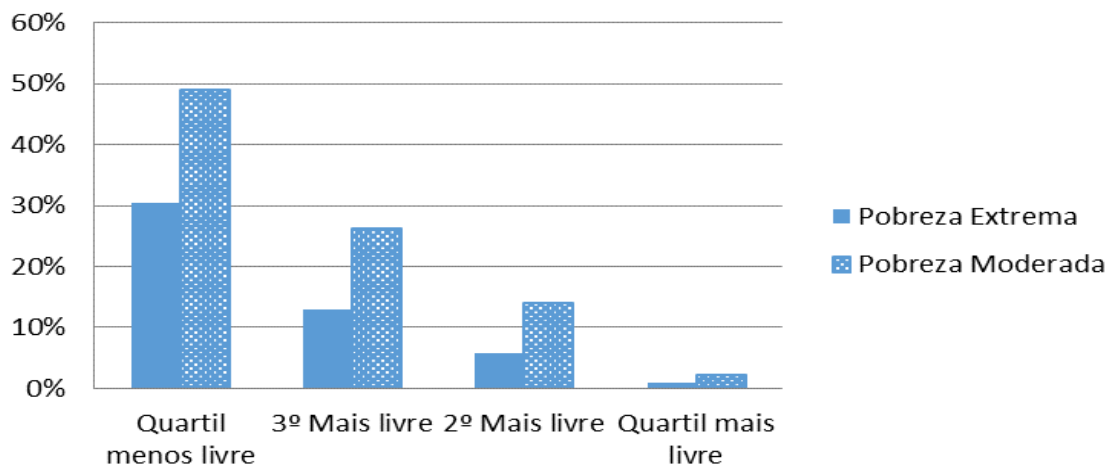
**Figura Bi: Distribuição de renda dos 10% inferiores**



**Figura Bii: Renda dos 10% mais pobres**



**Figura C: Taxas de Pobreza**



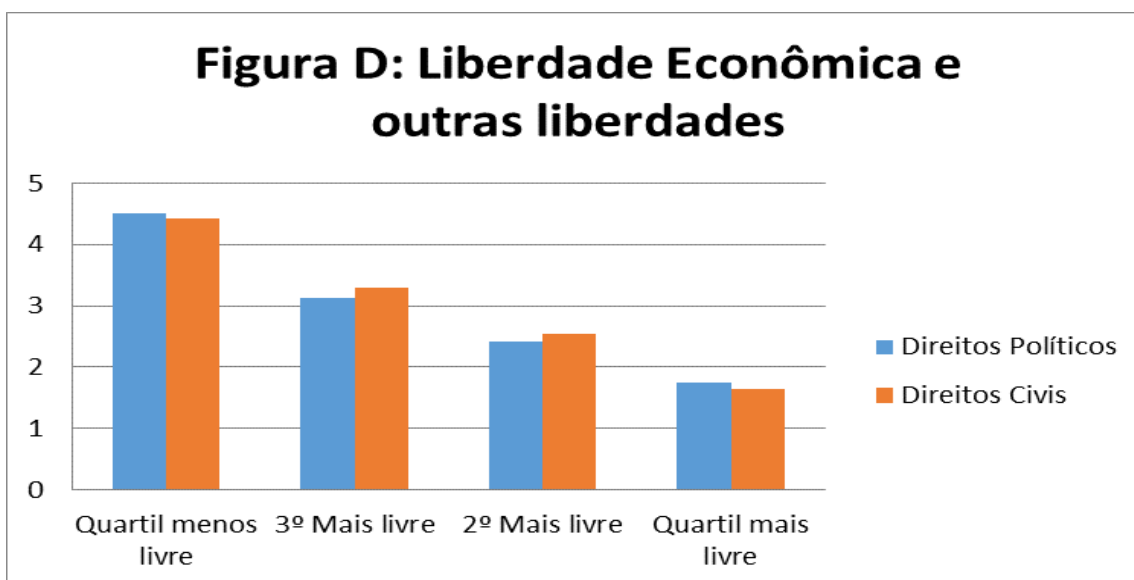
Como mostra a Figura Bii, a liberdade econômica reduz dramaticamente a pobreza. Nas nações majoritariamente não livres, 30% da população sofre com a extrema pobreza (definida como US\$

1,9/dia) e quase 50% sofre com a pobreza moderada (US\$ 3,1/dia). Nas nações mais livres, menos de 1% da população sofre US\$ 1,9/dia e apenas 2,26% sofrem com a pobreza de US\$ 3,10.

#### Figura D: Liberdade Econômica e outras liberdades

Quando um governo tem o poder de restringir a habilidade de um indivíduo comer, vestir-se, morar e educar sua família; de ter um emprego e obter uma promoção; e de restringir sua habilidade de prosperar de outras formas, o governo tem todas as ferramentas que precisa para suprimir outras liberdades, pelo menos, até a vida se tornar insuportável e restar apenas o recurso à violência. Quando falta liberdade econômica, indivíduos e famílias devem depender da bondade do governo para sobreviver. A liberdade econômica dá as pessoas a independência econômica, e reduz a dependência governamental, abrindo caminho para outras liberdades. Estudos empíricos apoiam a conexão entre liberdade econômica, outras liberdades e democracia.<sup>2</sup>

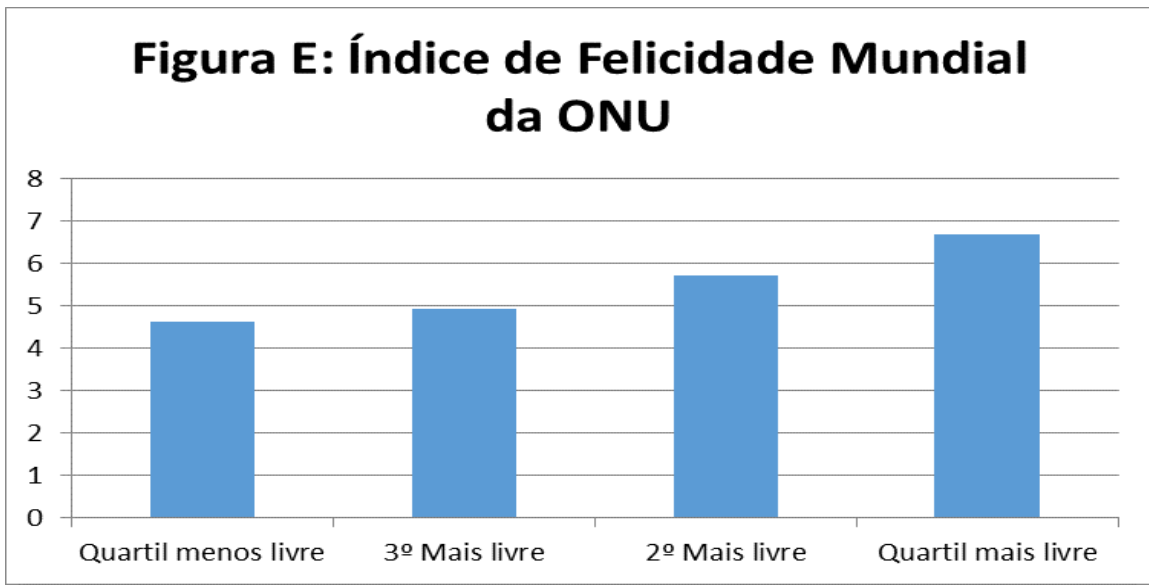
Os dados utilizados nessa Figura são da Freedom House, que mede a liberdade em uma escala de 1 a 7, com 1 sendo a maior quantidade de liberdade e 7, a menor.



#### Figura E: Liberdade econômica e felicidade

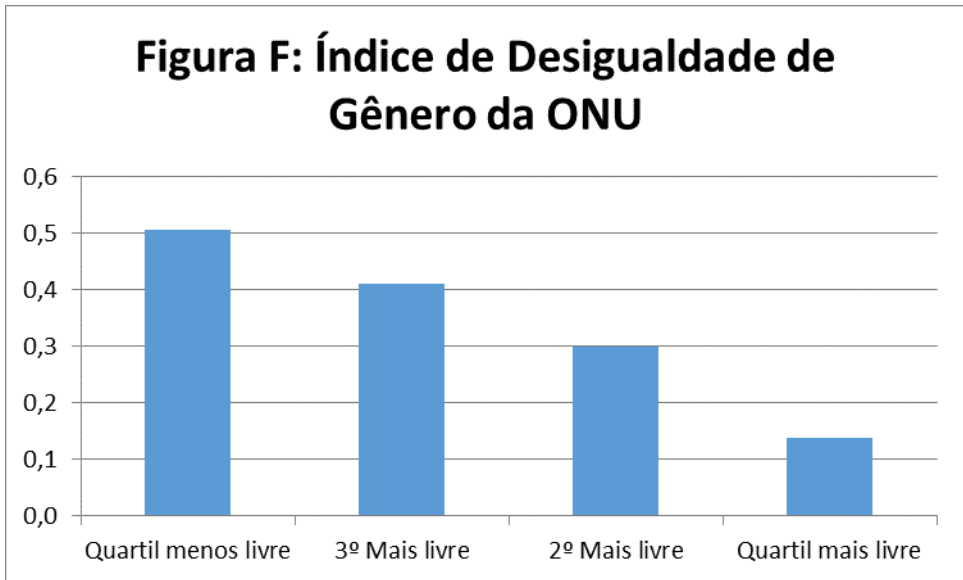
Oponentes da liberdade econômica tem argumentado que a prosperidade criada pela liberdade econômica não é uma boa medida do bem-estar humano; que, em vez disso, deveríamos estar preocupados com a felicidade humana e ela que, afirmam eles, é maior em nações socialistas. Esse argumento é normalmente apresentado sem qualquer prova. Em vez disso, o grande corpo de pesquisa mostra que a liberdade econômica “gera” felicidade ou (satisfação na vida). A Figura D mostra a felicidade medida no Índice de Felicidade das Nações Unidas numa escala de 0 a 10, com 10 indicando o nível mais alto de felicidade. No final das contas, pessoas gostam de estar no controle de suas próprias vidas (Veja Pitlik, Redín e Rode).

<sup>2</sup> Veja, por exemplo, GRISWOLD, Daniel. Trading Tyranny for Freedom: How Open Markets Till the Soil for Democracy. Cato Institute: Washington, DC. *Trade Policy Analysis* No. 26. 6 Jan. 2004. DAWSON, John W. Institutions, Investment, and Growth: New Cross-Country and Panel Data Evidence. *Economic Inquiry* 36. Out. 1998. p. 603-19.



**Figura F: Igualdade de gênero**

Nas nações com verdadeira liberdade econômica, indivíduos são tratados com a maior igualdade possível, e não como membros de um grupo privilegiado, seja ele tribo, religião, grupo étnico ou sexo. O Índice de Desigualdade de Gênero das Nações Unidas mede a desigualdade de 0 (nenhuma desigualdade de gênero) a 1 (desigualdade extrema)<sup>3</sup>, as nações economicamente menos livres obtêm 0,506, um nível relativamente alto de desigualdade de gênero, enquanto as mais livres obtêm 0,139.



<sup>3</sup> Essa Figura utiliza o Índice ajustado de Gênero, mas resultados similares são encontrados no índice não ajustado. Veja Fike, 2017. Disponível em: <https://www.fraserinstitute.org/sites/default/files/economic-freedom-of-the-world-2017.pdf>

## Referências e lista de leitura

Os artigos referenciados aqui restringem-se àqueles citados no texto. Por favor, consulte [www.freetheworld.com](http://www.freetheworld.com) para uma lista de alguns dos mais de 400 artigos que utilizam o índice de liberdade econômica.

BERGGREN, Niclas. Economic Freedom and Equality: Friends or Foes? *Public Choice* 100, <sup>3</sup>/<sub>4</sub>, Set. 1999. p. 203–23.

BEN, Nasser Al Ismaily, SALEM, Azzan Al-Busaidi, CERVANTES, Miguel e MCMAHON, McMahon. *Economic Freedom of the Arab World: Annual Report 2012*. Vancouver: The Fraser Institute, 2012, em parceria com a Friedrich Naumann Foundation for Liberty.

DAWSON, John W. Institutions, Investment, and Growth: New Cross-Country and Panel Data Evidence. *Economic Inquiry*, Out. 1998, p. 603-19.

DE HAAN, J., and J-E. Sturm. On the Relationship between Economic Freedom and Economic Growth. *European Journal of Political Economy* 16, 2000. p. 215–41.

EASTON, Steven T. e WALKER, Michael A. Income, Growth, and Economic Freedom. *American Economic Review* 87, Mai. 1997. p. 328–32.

FARR, W. Ken, RICHARD, A. Lord, and WOLFENBARGER, J. Larry. Economic Freedom, Political Freedom and Economic Well-Being: A Causality Analysis. *Cato Journal* 18, 2, 1998. p. 247–62.

FIKE, Rosemarie. *Adjusting for Gender Disparity in Economic Freedom and Why It Matters* in Gwartney, Lawson, and Hall, 2017. The Fraser Institute: Vancouver.

GRISWOLD, Daniel T. Trading Tyranny for Freedom: How Open Markets Till the Soil for Democracy. Cato Institute: Washington, DC. *Trade Policy Analysis No. 26*, 6 Jan. 2004.

GRUBEL, Herbert G. “Economic Freedom and Human Welfare: Some Empirical Findings.” *Cato Journal* 18, 2, 1998. p. 287–304.

KARABEGOVIC, Amela e CLEMENS, Jason. *Ending Child Labour—Bans Aren’t the Solution*. Fraser Forum, Mar. 2005.

GWARTNEY, James; HOLCOMBE, Randall e LAWSON, Robert. “The Scope of Government and the Wealth of Nations.” *Cato Journal* 18, 2, 1998. p. 163–90.

GWARTNEY, James; LAWSON, Robert e BLOCK, Walter. *Economic Freedom of the World: Annual Report 1996*. Vancouver: The Fraser Institute.

GWARTNEY, James; LAWSON, Robert e HALL, Joshua. *Economic Freedom of the World: Annual Report 2017*. Vancouver: The Fraser Institute.

GWARTNEY, James; LAWSON, Robert e HALL, Joshua. *Economic Freedom of the World: Annual Report 2014*. Vancouver: The Fraser Institute.

GWARTNEY, James e LAWSON, Robert. *Economic Freedom of the World: 2004 Annual Report*. Fraser Institute. <<http://www.freetheworld.com>>.

MBAKU, John Mukum, ed. *Preparing Africa for the Twenty-First Century: Strategies for Peaceful Co-existence and Sustainable Development*. Aldershot, UK and Brookfield, VT: Ashgate, 1999.

NORTON, Seth W. e GWARTNEY, James. D. Economic Freedom and World Poverty. In James Gwartney and Robert Lawson, *Economic Freedom of the World: 2008 Annual Report* (Fraser Institute: 2008). p. 23-40.

SALA-I-MARTIN, Xavier. *The Disturbing "Rise" of Global Income Inequality*. Publicado no JEL e disponível em <http://www.columbia.edu/~xs23/papers/GlobalIncomeInequality.htm>.

## Apêndice II: Liberdade Econômica dos Estados 2017

O ambiente nacional para negócios, como foi visto, é bastante hostil. Empreender, gerar empregos, produtos e serviços é considerado de menor importância do que produzir leis, normas, regulamentos etc.

Entretanto, dentro do país, as condições para empreender são diferentes. Unidades da federação diferem quanto ao ambiente local de negócios. Por isso, o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica criou o Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE).

O índice é um indicador sintético que mede em que medida as políticas dos Estados foram capazes de apoiar a liberdade econômica, a capacidade dos indivíduos agirem na esfera econômica sem restrições indevidas. É um índice inédito no Brasil e que ajuda a avaliar as condições de se empreender e ter sucesso no mercado e o grau a interferência estatal.

O IMLEE é um índice de natureza subnacional que tem como finalidade a comparação de jurisdições estaduais e distrital (DF) do Brasil a fim de fomentar o debate sobre a liberdade econômica no Brasil por meio de elementos objetivos, assim como estimular a adoção de políticas públicas que ampliem a liberdade econômica e permitam maior crescimento e prosperidade da economia brasileira e de seus cidadãos.

O índice varia de zero (menos liberdade) a dez (mais liberdade) e é uma medida relativa de desempenho dos estados e do distrito federal. Os valores calculados em 2017 são baseados nos dados oficiais divulgados para o ano de 2015. Ele é a média simples (mesma ponderação) de três dimensões:

- Área 1: Gasto dos governos
- Área 2: Tributação
- Área 3: Liberdade no Mercado de Trabalho

Cada uma dessas áreas é composta por três indicadores<sup>4</sup> cada uma. A Área 1 avalia três indicadores relacionados às despesas do setor público<sup>5</sup>:

- Despesas primárias (custeio da máquina pública) dos governos de uma mesma unidade da federação (estado mais todos os municípios de sua jurisdição);
- Transferências e subsídios efetuados pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição;
- Despesas previdenciárias e com pensões pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição.

A Área 2 busca mensurar o peso tributário das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) em relação à renda bruta das famílias residentes numa mesma jurisdição estadual. Os indicadores adotados são:

---

<sup>4</sup> Os indicadores das Áreas 1 e 2 são calculados como percentual da renda estadual, cujo cálculo foi obtido por meio da renda bruta dos residentes das UF: a agregação da renda total domiciliar divulgada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE - ano de 2015.

<sup>5</sup> Vale notar que a natureza das despesas selecionadas não envolvem gastos de investimento dos governos, como obras de infraestrutura, por exemplo. São consideradas apenas as despesas de “consumo dos governos” e de transferências institucionais e pessoais.



- Impostos sobre a renda (Pessoa Física e Pessoa Jurídica – IRPF e IRPJ respectivamente);
- Impostos sobre propriedade e transferências de patrimônio (IPTU, ITR, ITBI, ITCMD, IPVA);
- Tributos indiretos sobre produção e consumo de mercadorias e serviços (IPI, ICMS, ISS, PIS/COFINS).

A Área 3 mede os aspectos relativos aos mercados de trabalhos estaduais, também por meio de três indicadores:

- Existências de leis estaduais sobre salário-mínimo – i.e., piso salarial estadual diferente do nacional – e seu valor relativo anualizado em termos da renda per-capita anual;
- Emprego do setor público das três esferas na jurisdição (administração direta e indireta) como proporção do total do emprego estadual (formal e informal);
- Densidade sindical – proporção do número de funcionários que são membros de sindicatos em relação ao total de empregados na UF<sup>6</sup>.

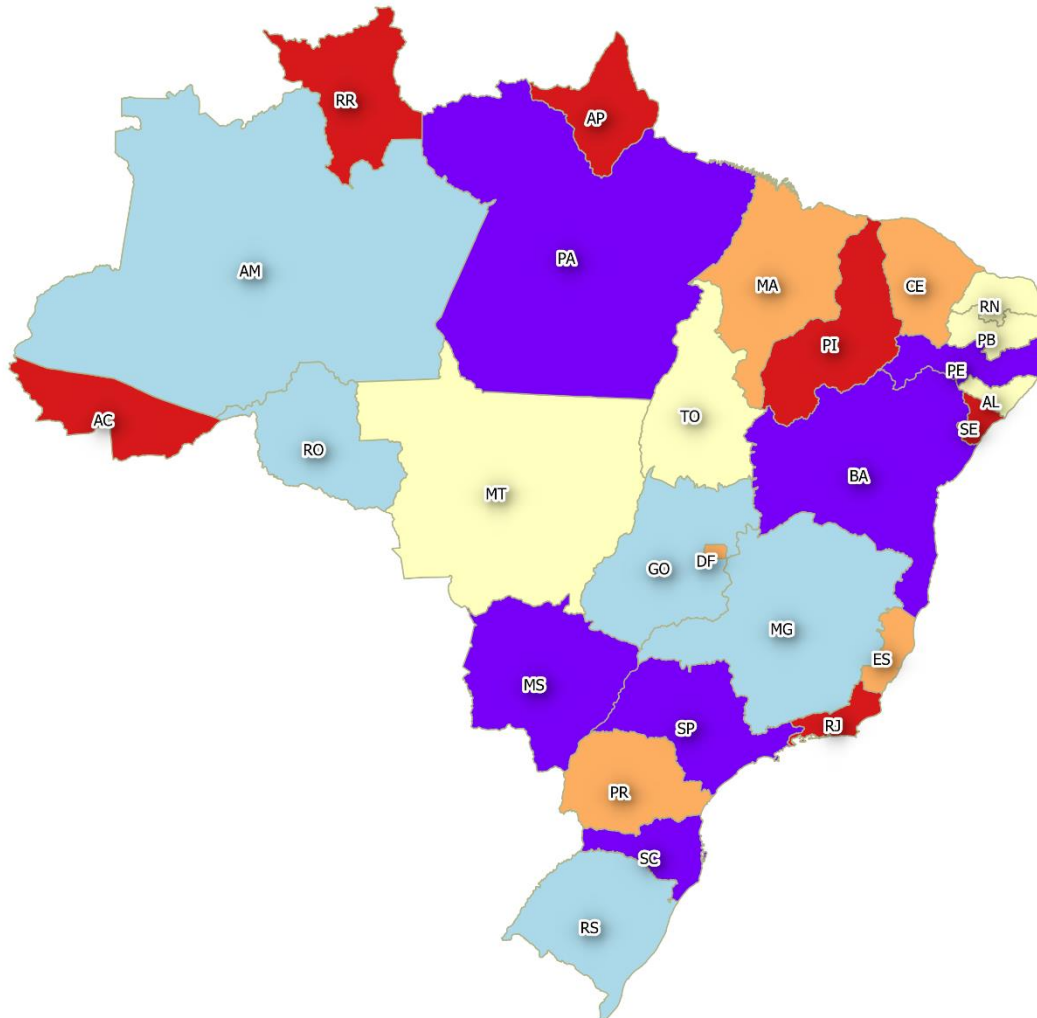
O Mapa 1 mostra que o estado de São Paulo figura como um dos que detinham maior liberdade econômica, juntamente com Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia e Pará. Já o Piauí, Sergipe, Roraima, Acre, Amapá e Rio de Janeiro figuram como os estados com menor liberdade econômica em 2017, ocupando as últimas posições do ranking.

Ou seja, a melhoria do ambiente de negócios não passa apenas pelo âmbito das decisões do Governo Federal, mas também dos governos estaduais e municipais.

---

<sup>6</sup> Calculado de acordo com o método adotado em Stansel et al. (2016), *op. Cit.*

Mapa 1: Representação cartográfica do IMLEE 2017 (em quintis)



### Legenda

Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual

Unidades da Federação

-  Menos livre
-  4º quintil
-  3º quintil
-  2º quintil
-  Mais Livre

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

### **Considerações Finais**

Assumir a liberdade econômica como um princípio norteador das decisões dos formuladores de política pública é uma necessidade para o pleno desenvolvimento do Brasil.

É preciso repensar o Brasil pela perspectiva da livre iniciativa e do empreendedorismo, entendendo que o desenvolvimento econômico e social só se dá por meio da liberdade e da expansão das possibilidades pessoais de escolhas dos cidadãos, que devem ser responsáveis supremos pelas próprias escolhas, decisões e pelas respectivas consequências.

As evidências empíricas aqui apresentadas, além de darem suporte ao preconizado pela teoria econômica, mostra que o país precisa avançar muito para criar um ambiente em que os direitos de propriedade sejam trocados por meio do mecanismo de mercado, de sorte que empreender e gerar emprego e renda por meio da criação de valor para os consumidores.

### **Notas sobre as tabelas do Anexo de Dados**

A liberdade econômica varia de 0-10 onde 10 indica um nível mais elevado de liberdade econômica, como refletido nas tabelas seguintes. As notas de 0-10 são transformadas de dados brutos. Os dados brutos são dispostos em formato acessível, na coluna ao lado da nota.

As tabelas apresentadas nesse informativo mostram o desempenho do Brasil nas áreas do Índice de Liberdade Econômica do Mundo. As tabelas comparam o Brasil às 10 melhores nações de cada área, bem como à média delas; à média mundial; e às médias para países selecionados da América Latina - Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru; aos BRICS menos o Brasil - China, Rússia, África do Sul e Índia; às fontes tradicionais de imigrantes para o Brasil (imigração antiga) - Alemanha, Portugal, Espanha, Itália e França; e às novas fontes de imigrantes para o Brasil (imigração recente) - Angola, Bolívia, Japão, Líbano, Moçambique, Holanda, Nigéria, Polônia e Coreia do Sul.

Não existe liberdade econômica *parcial*. Para que o povo de qualquer nação se beneficie verdadeiramente da liberdade econômica, ela deve pontuar bem em todas as áreas. Por exemplo, uma nação que pontua bem no quesito *tamanho de governo* devido a baixos tributos, mas tem um sistema legal fracassado, não oferece liberdade econômica verdadeira para os seus cidadãos.

Por essa razão, ao preparar as tabelas das 10 melhores nações em cada área de liberdade, avaliamos apenas as nações que, de modo geral, tem um nível elevado de liberdade econômica (as 35 melhores). Uma nação sem boas notas em todas as áreas não oferece um modelo adequado.

Os dados do Índice Liberdade Econômica do Mundo são obtidos de instituições independentes. Tal fato mantém a objetividade do processo, posto que os autores do relatório não criam seus próprios dados. Ademais, isso também possibilita um elemento-chave de qualquer boa pesquisa: a sua reprodutibilidade. Qualquer pesquisador, em qualquer lugar, com acesso aos bancos de dados citados nesse relatório deve ser capaz de replicar todos os resultados.

Os dados nas tabelas refletem o Índice de Liberdade Econômica do Mundo de 2017, ano-base 2015 - os mais recentes disponíveis no momento da publicação.

Informação precisa sobre as fontes de dados, além de como as notas foram calculadas por meio dos dados brutos pode ser encontrada no apêndice do relatório mundial, disponível para download no link abaixo:

<https://www.fraserinstitute.org/studies/economic-freedom>

# Auditoria da Liberdade Econômica no Brasil 2018

ANEXO DE DADOS

# Tabela 1 – Tamanho do governo

| Países                | 1A Consumo do Governo |         | 1B Transferências e subsídios |         | 1C Empreendimentos e investimentos Governamentais |         | 1Di Taxa marginal máxima de imposto de renda |       | 1Dii Taxa marginal máxima de imposto de renda e folha de pagamento |       | 1D Taxa marginal máxima de imposto | 1 Tamanho do Governo |
|-----------------------|-----------------------|---------|-------------------------------|---------|---|---------|--|-------|--|-------|------------------------------------|----------------------|
|                       | Pontuação             | Dados 1 | Pontuação                     | Dados 2 | Pontuação   | Dados 3 | Pontuação                                    | Dados | Pontuação  | Dados | Pontuação                          | Pontuação Total      |
| Hong Kong             | 8,0                   | 12,7    | 9,2                           | 3,6     | 7,0   | 21,8    | 10,0   | 17,0  | 10,0   | 17,0  | 10,0                               | 8,5                  |
| Chile                 | 6,7                   | 17,2    | 7,9                           | 8,1     | 10,0  | 8,7     | 7,0  | 40,0  | 7,0  | 40,0  | 7,0                                | 7,9                  |
| Geórgia               | 6,2                   | 18,8    | 6,9                           | 11,8    | 8,0   | 19,7    | 10,0   | 20,0  | 10,0   | 20,0  | 10,0                               | 7,8                  |
| Singapura             | 5,3                   | 22,1    | 8,9                           | 4,7     | 7,0   |         | 10,0   | 20,0  | 10,0   | 20,0  | 10,0                               | 7,8                  |
| Suíça                 | 6,7                   | 17,4    | 6,1                           | 14,9    | 10,0  | 12,7    | 9,0  | 26-43 | 7,0  | 35-50 | 8,0                                | 7,7                  |
| Maurício              | 6,9                   | 16,5    | 8,4                           | 6,5     | 6,0   | 27,3    | 10,0   | 15,0  | 8,0  | 26,0  | 9,0                                | 7,6                  |
| Panamá                | 7,0                   | 16,4    | 8,6                           | 5,8     | 8,0   | 17,7    | 9,0  | 25,0  | 4,0  | 42,0  | 6,5                                | 7,5                  |
| Chipre                | 6,3                   | 18,5    | 6,0                           | 15,1    | 10,0  |         | 7,0  | 35,0  | 6,0  | 37,0  | 6,5                                | 7,2                  |
| Lituânia              | 5,4                   | 21,8    | 6,4                           | 13,7    | 10,0  |         | 10,0   | 15,0  | 4,0  | 42,0  | 7,0                                | 7,2                  |
| Armênia               | 7,5                   | 14,4    | 7,9                           | 8,1     | 8,0   | 16,6    | 5,0  | 36,0  | 5,0  | 36,0  | 5,0                                | 7,1                  |
| Média dos 10 melhores | 6,6                   | 17,6    | 7,6                           | 9,2     | 8,4   | 17,8    | 8,7  | 24,8  | 7,1  | 31,1  | 7,9                                | 7,6                  |
| Média mundial         | 5,6                   | 21,4    | 7,7                           | 9,0     | 6,0   | 27,7    | 7,5  | 29,1  | 5,4  | 38,5  | 6,5                                | 6,4                  |
| AmLat                 | 6,3                   | 18,6    | 7,7                           | 9,0     | 7,4   | 16,6    | 7,4  | 34,6  | 4,2  | 46,6  | 5,8                                | 6,8                  |
| BRIC-B                | 4,9                   | 23,3    | 7,5                           | 9,6     | 5,8   | 29,3    | 7,0  | 33,5  | 5,8  | 40,5  | 6,4                                | 6,1                  |
| Imigr. Antiga         | 4,3                   | 25,4    | 3,6                           | 24,1    | 9,6   | 13,1    | 4,6  | 49,5  | 2,8  | 53,7  | 3,7                                | 5,3                  |
| Imigr. Recente        | 5,2                   | 22,4    | 7,0                           | 11,4    | 5,7   | 29,1    | 7,2  | 32,0  | 5,8  | 37,6  | 6,5                                | 6,1                  |
| Brasil                | 4,7                   | 24,2    | 6,4                           | 13,9    | 4,0   | 30,5    | 8,0  | 28,0  | 4,0  | 44,0  | 6,0                                | 5,3                  |

- 1) Gasto do consumo do governo como percentual do consumo total
- 2) Transferências e subsídios gerais do governo como parte do PIB
- 3) Investimento do governo como parte do investimento total

# Tabela 2 – Estado de Direito

| Países                | 2A<br>Independência Judicial | 2B<br>Tribunais Imparciais | 2C<br>Proteção aos direitos de propriedade | 2D<br>Interferência militar na política e no estado de direito | 2E<br>Integridade do sistema jurídico | 2F<br>Execução legal de contratos | 2G<br>Restrições regulatórias à venda de propriedade | 2H<br>Confiabilidade da polícia | 2I<br>Custos do crime aos negócios | Ajuste de desigualdade de gênero* | 2 Sistema Jurídico e Direitos de Propriedade |
|-----------------------|------------------------------|----------------------------|--|--|---------------------------------------|-----------------------------------|--|---------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--|
| Finlândia             | 9,6                          | 7,9                        | 9,1  | 10,0   | 10,0                                  | 6,7                               | 8,1  | 9,6                             | 8,9                                | 1,0                               | 8,9  |
| Noruega               | 9,3                          | 7,5                        | 8,6  | 10,0   | 10,0                                  | 7,8                               | 9,1  | 9,1                             | 8,0                                | 1,0                               | 8,8  |
| Nova Zelândia         | 9,5                          | 7,6                        | 8,6  | 10,0   | 9,2                                   | 7,2                               | 9,9  | 9,4                             | 7,3                                | 1,0                               | 8,7  |
| Suíça                 | 9,1                          | 8,0                        | 9,2  | 10,0   | 8,3                                   | 5,8                               | 9,6  | 9,3                             | 7,9                                | 1,0                               | 8,6  |
| Luxemburgo            | 8,6                          | 7,4                        | 8,9  | 10,0   | 10,0                                  | 7,5                               | 6,2  | 8,7                             | 8,0                                | 1,0                               | 8,4  |
| Suécia                | 9,1                          | 7,5                        | 8,9  | 9,2  | 10,0                                  | 6,2                               | 8,5  | 7,9                             | 8,0                                | 1,0                               | 8,3  |
| Singapura             | 7,6                          | 7,9                        | 8,9  | 8,3  | 8,3                                   | 7,7                               | 9,0  | 9,2                             | 8,6                                | 1,0                               | 8,3  |
| Dinamarca             | 8,6                          | 6,1                        | 8,0  | 10,0   | 10,0                                  | 6,2                               | 9,7  | 8,3                             | 7,3                                | 1,0                               | 8,2  |
| Holanda               | 9,0                          | 7,5                        | 8,6  | 10,0   | 10,0                                  | 5,1                               | 7,9  | 8,7                             | 7,0                                | 1,0                               | 8,2  |
| Hong Kong             | 8,9                          | 8,0                        | 8,7  | 8,3  | 8,3                                   | 6,5                               | 6,9  | 8,7                             | 8,5                                | 1,0                               | 8,1  |
| Média dos 10 melhores | 8,9                          | 7,5                        | 8,7  | 9,6  | 9,4                                   | 6,7                               | 8,5  | 8,9                             | 8,0                                | 1,0                               | 8,5  |
| Média mundial         | 5,0                          | 4,4                        | 5,6  | 6,4  | 6,1                                   | 4,3                               | 7,5  | 5,6                             | 5,7                                | 0,9                               | 5,3  |
| AmLat                 | 3,9                          | 3,3                        | 5,2  | 6,2  | 4,3                                   | 4,5                               | 8,3  | 4,1                             | 3,7                                | 0,9                               | 4,6  |
| BRIC-B                | 5,7                          | 5,5                        | 5,6  | 6,7  | 5,4                                   | 4,9                               | 8,0  | 5,1                             | 5,1                                | 0,8                               | 5,3  |
| Imigr. Antiga         | 6,1                          | 4,5                        | 6,5  | 9,5  | 8,0                                   | 5,4                               | 7,4  | 7,4                             | 6,6                                | 1,0                               | 6,8  |
| Imigr. Recente        | 4,6                          | 4,0                        | 5,5  | 6,3  | 6,4                                   | 4,0                               | 7,3  | 5,1                             | 5,5                                | 0,9                               | 5,1  |
| Brasil                | 4,6                          | 2,9                        | 5,2  | 6,7  | 3,3                                   | 3,7                               | 8,4  | 4,0                             | 2,8                                | 0,9                               | 4,5  |

- Ajuste de desigualdade de gênero medido de 0 a 1.0 em vez de 0 a 10. Pontuação usada para ajustar nota do Estado de Direito.
- Países com menos de 1.0 têm nota multiplicada por ajuste de gênero.

# Tabela 3 – Saúde fiscal

| Países                | 3A<br>Crescimento<br>monetário | dados | 3B Desvio<br>padrão da<br>inflação | dados | 3C Inflação:<br>ano mais<br>recente | dados | 3D Liberdade<br>para possuir<br>contas<br>bancárias em<br>moeda<br>estrangeira | 3 Saúde<br>Fiscal |
|-----------------------|--------------------------------|-------|------------------------------------|-------|-------------------------------------|-------|--|-------------------|
| Reino Unido           | 9,7                            | -1,5  | 9,7                                | 0,8   | 10,0                                | 0,1   | 10,0   | 9,8               |
| Singapura             | 9,8                            | 0,8   | 9,6                                | 0,9   | 9,9                                 | -0,5  | 10,0   | 9,8               |
| Suíça                 | 9,6                            | 1,9   | 9,8                                | 0,4   | 9,8                                 | -1,1  | 10,0   | 9,8               |
| Estados Unidos        | 9,2                            | 4,0   | 9,9                                | 0,3   | 10,0                                | 0,1   | 10,0   | 9,8               |
| Holanda               | 9,3                            | 3,3   | 9,8                                | 0,5   | 9,9                                 | 0,6   | 10,0   | 9,8               |
| Suécia                | 9,0                            | 4,8   | 9,8                                | 0,4   | 10,0                                | 0,0   | 10,0   | 9,7               |
| Chipre                | 9,7                            | 1,3   | 9,4                                | 1,5   | 9,6                                 | -2,1  | 10,0   | 9,7               |
| Malta                 | 9,0                            | 5,2   | 9,9                                | 0,3   | 9,8                                 | 1,1   | 10,0   | 9,7               |
| Alemanha              | 8,8                            | 5,8   | 9,8                                | 0,5   | 10,0                                | 0,2   | 10,0   | 9,6               |
| Taiwan                | 9,5                            | 2,5   | 9,1                                | 2,2   | 9,9                                 | -0,3  | 10,0   | 9,6               |
| Média dos 10 melhores | 9,4                            | 2,8   | 9,7                                | 0,8   | 9,9                                 | -0,2  | 10,0   | 9,7               |
| Média mundial         | 8,8                            | 5,3   | 8,4                                | 4,0   | 9,1                                 | 4,8   | 6,8  | 8,3               |
| AmLat                 | 8,2                            | 8,9   | 8,7                                | 3,4   | 8,3                                 | 8,4   | 8,0  | 8,3               |
| BRIC-B                | 9,3                            | 2,9   | 8,8                                | 2,9   | 8,6                                 | 6,9   | 6,3  | 8,2               |
| Imigr. Antiga         | 9,2                            | 4,2   | 9,8                                | 0,6   | 9,9                                 | 0,1   | 10,0   | 9,7               |
| Imigr. Recente        | 9,0                            | 4,0   | 8,7                                | 3,2   | 9,3                                 | 2,7   | 7,8  | 8,7               |
| Brasil                | 9,1                            | 4,7   | 9,6                                | 1,0   | 8,2                                 | 9,0   | 5,0  | 8,0               |



# Tabela 4 – Liberdade de Comércio

| Países                | 4Ai<br>Receita<br>dos<br>impostos<br>sobre<br>comércio<br>(% do<br>setor<br>comercial<br>) | dados | 4Aii Taxa<br>de tarifa<br>média | dados | 4Aiii<br>Desvio<br>padrão<br>das taxas<br>tarifárias | dados | 4A<br>Tarifas | 4Bi<br>Barreiras<br>comerciais<br>não-<br>tarifárias | 4Bii Custo de<br>conformidade<br>de importação e<br>exportação | 4B Barreiras<br>comerciais<br>regulatórias | 4C Taxas<br>de<br>câmbio<br>do<br>mercado<br>negro | 4Di<br>Restrições<br>ao<br>investiment<br>o/posse<br>estrangeiros | 4Dii<br>Controle<br>de Capital | 4Diii<br>Liberdade<br>de visitaço<br>de<br>estrangeiro<br>s | 4D<br>Controle do<br>movimento<br>de capital e<br>pessoas | 4<br>Liberdade de<br>Comércio<br>Internacional |
|-----------------------|--|-------|---------------------------------|-------|--|-------|---------------|--|--|--|--|---|--------------------------------|---|---|--|
| Singapura             | 10,0   | 0,0   | 10,0                            | 0,2   | 10,0   | 0,0   | 10,0          | 8,0  | 9,1  | 8,5  | 10,0   | 8,5   | 6,9                            | 10,0  | 8,5   | 9,2  |
| Hong Kong             | 10,0   | 0,0   | 10,0                            | 0,0   | 10,0   | 0,0   | 10,0          | 7,5  | 9,3  | 8,4  | 10,0   | 8,6   | 6,9                            | 10,0  | 8,5   | 9,2  |
| Irlanda               | 9,1  | 1,3   | 9,0                             | 5,1   | 7,0  | 7,5   | 8,4           | 7,4  | 9,1  | 8,2  | 10,0   | 8,8   | 7,7                            | 8,9   | 8,5   | 8,8  |
| Panamá                | 8,9  | 1,6   | 8,6                             | 6,8   | 6,1  | 9,7   | 7,9           | 6,4  | 8,9  | 7,6  | 10,0   | 7,9   | 10,0                           | 10,0  | 9,3   | 8,7  |
| Geórgia               | 9,9  | 0,2   | 9,7                             | 1,5   | 8,4  | 4,1   | 9,3           | 6,7  | 9,4  | 8,0  | 10,0   | 6,3   | 6,2                            | 9,5   | 7,3   | 8,7  |
| Holanda               | 9,1  | 1,4   | 9,0                             | 5,1   | 7,0  | 7,5   | 8,4           | 6,4  | 10,0   | 8,2  | 10,0   | 7,5   | 8,5                            | 7,7   | 7,9   | 8,6  |
| Nova Zelândia         | 8,9  | 1,7   | 9,6                             | 2,0   | 9,0  | 2,6   | 9,1           | 7,2  | 8,7  | 8,0  | 10,0   | 6,9   | 6,9                            | 7,7   | 7,2   | 8,6  |
| Estônia               | 9,1  | 1,3   | 9,0                             | 5,1   | 8,6  | 3,4   | 8,9           | 6,6  | 9,9  | 8,3  | 10,0   | 7,9   | 5,4                            | 7,7   | 7,0   | 8,5  |
| Romênia               | 9,1  | 1,4   | 9,0                             | 5,1   | 7,0  | 7,5   | 8,4           | 6,2  | 10,0   | 8,1  | 10,0   | 6,2   | 8,5                            | 7,7   | 7,5   | 8,5  |
| Reino Unido           | 9,1  | 1,4   | 9,0                             | 5,1   | 7,0  | 7,5   | 8,4           | 6,5  | 9,3  | 7,9  | 10,0   | 8,5   | 4,6                            | 9,1   | 7,4   | 8,4  |
| Média dos 10 melhores | 9,3  | 1,0   | 9,3                             | 3,6   | 8,0  | 5,0   | 8,9           | 6,9  | 9,4  | 8,1  | 10,0   | 7,7   | 7,2                            | 8,8   | 7,9   | 8,7  |
| Média mundial         | 8,2  | 3,1   | 8,2                             | 8,8   | 6,1  | 10,7  | 7,5           | 5,5  | 6,1  | 5,8  | 9,7  | 5,8   | 3,5                            | 6,3   | 5,2   | 7,0  |
| AmLat                 | 8,4  | 2,5   | 8,6                             | 7,0   | 7,1  | 7,1   | 8,0           | 5,5  | 6,0  | 5,7  | 7,9  | 6,4   | 3,1                            | 8,6   | 6,0   | 6,9  |
| BRIC-B                | 7,6  | 3,6   | 8,1                             | 9,7   | 5,5  | 11,4  | 7,0           | 5,6  | 4,5  | 5,0  | 10,0   | 5,6   | 1,9                            | 3,2   | 3,6   | 6,4  |
| Imigr. Antiga         | 9,4  | 0,9   | 9,0                             | 5,1   | 7,0  | 7,5   | 8,5           | 6,1  | 9,8  | 8,0  | 10,0   | 6,4   | 4,6                            | 7,7   | 6,3   | 8,2  |
| Imigr. Recente        | 9,2  | 1,2   | 8,2                             | 8,8   | 5,4  | 15,0  | 7,6           | 5,3  | 5,5  | 5,4  | 9,8  | 5,7   | 3,6                            | 6,1   | 5,1   | 7,0  |
| Brasil                | 8,3  | 2,6   | 7,3                             | 13,5  | 6,1  | 9,7   | 7,2           | 4,5  | 5,8  | 5,1  | 10,0   | 5,2   | 2,3                            | 8,0   | 5,2   | 6,9  |

# Tabela 5A – Crédito

| Países                | 5Ai Posse de bancos | 5Aii Crédito do setor privado | 5Aiii Controle da taxa de juros (taxa de juros real negativa) | 5A Regulação do Mercado de Crédito |
|-----------------------|---------------------|-------------------------------|---|------------------------------------|
| Hong Kong             | 10,0                | 10,0                          | 10,0  | 10,0                               |
| Singapura             | 10,0                | 10,0                          | 10,0  | 10,0                               |
| Nova Zelândia         | 10,0                | 10,0                          | 10,0  | 10,0                               |
| Estônia               | 10,0                | 10,0                          | 10,0  | 10,0                               |
| Noruega               | 10,0                | 10,0                          | 10,0  | 10,0                               |
| Suécia                | 10,0                | 9,7                           | 10,0  | 9,9                                |
| Lituânia              | 10,0                | 9,6                           | 10,0  | 9,9                                |
| Malta                 | 10,0                | 9,5                           | 10,0  | 9,8                                |
| Geórgia               | 10,0                | 9,5                           | 10,0  | 9,8                                |
| Romênia               | 10,0                | 9,4                           | 10,0  | 9,8                                |
| Média dos 10 melhores | 10,0                | 9,8                           | 10,0  | 9,9                                |
| Média mundial         | 7,7                 | 7,5                           | 9,4   | 8,2                                |
| AmLat                 | 8,2                 | 7,9                           | 9,8   | 8,6                                |
| BRIC-B                | 4,8                 | 8,9                           | 10,0  | 7,9                                |
| Imigr. Antiga         | 8,6                 | 8,4                           | 9,6   | 8,9                                |
| Imigr. Recente        | 8,5                 | 6,3                           | 9,8   | 8,1                                |
| Brasil                | 5,0                 | 3,7                           | 7,0   | 5,2                                |

# 5B – Trabalho

| Países                | 5Bi Regulações de contratação e salário mínimo | 5Bii Regulações de contratação e demissão | 5Biii Acordo coletivo centralizado | 5Biv Regulação de carga horária | 5Bv Encargos obrigatórios de demissão | 5Bvi Recrutamento | 5B Regulações do Mercado de Trabalho |
|-----------------------|--|---|------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Hong Kong             | 10,0   | 7,9                                       | 10,0                               | 10,0                            | 9,5                                   | 10,0              | 9,6                                  |
| Estados Unidos        | 10,0   | 6,9                                       | 8,9                                | 10,0                            | 10,0                                  | 10,0              | 9,3                                  |
| Nova Zelândia         | 8,9  | 6,0                                       | 8,2                                | 10,0                            | 10,0                                  | 10,0              | 8,9                                  |
| Ruanda                | 10,0   | 6,3                                       | 8,2                                | 10,0                            | 7,8                                   | 10,0              | 8,7                                  |
| Reino Unido           | 8,9  | 6,8                                       | 8,9                                | 8,0                             | 8,5                                   | 10,0              | 8,5                                  |
| Canadá                | 8,9  | 6,3                                       | 8,1                                | 8,0                             | 8,3                                   | 10,0              | 8,3                                  |
| Irlanda               | 8,9  | 6,3                                       | 8,0                                | 10,0                            | 6,4                                   | 10,0              | 8,3                                  |
| Suíça                 | 10,0   | 8,0                                       | 10,0                               | 6,0                             | 10,0                                  | 5,0               | 8,2                                  |
| Malta                 | 7,2  | 4,8                                       | 6,8                                | 8,0                             | 10,0                                  | 10,0              | 7,8                                  |
| Dinamarca             | 10,0   | 7,4                                       | 8,3                                | 8,0                             | 10,0                                  | 3,0               | 7,8                                  |
| Média dos 10 melhores | 9,3  | 6,7                                       | 8,5                                | 8,8                             | 9,0                                   | 8,8               | 8,5                                  |
| Média mundial         | 6,4  | 4,6                                       | 6,3                                | 7,9                             | 6,5                                   | 6,6               | 6,4                                  |
| AmLat                 | 5,6  | 3,2                                       | 5,3                                | 9,6                             | 4,3                                   | 4,8               | 5,5                                  |
| BRIC-B                | 6,3  | 4,8                                       | 6,0                                | 7,0                             | 6,4                                   | 5,8               | 6,0                                  |
| Imigr. Antiga         | 4,6  | 3,6                                       | 5,1                                | 6,8                             | 7,4                                   | 10,0              | 6,2                                  |
| Imigr. Recente        | 6,5  | 4,1                                       | 5,9                                | 8,0                             | 6,5                                   | 5,9               | 6,1                                  |
| Brasil                | 2,2  | 1,5                                       | 3,0                                | 6,0                             | 7,1                                   | 3,0               | 3,8                                  |

# Tabela 5C – Negócios

| Países                | 5Ci Requisitos Administrativos | 5Cii Custos da burocracia | 5Ciii Abertura de negócio | 5Civ Pagamentos adicionais/propinas/favoritismo | 5Cv Restrições de licenciamento | 5Cvi Conformidade fiscal | 5C Regulação de Negócios |
|-----------------------|--------------------------------|---------------------------|---------------------------|---|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Singapura             | 7,6                            | 10,0                      | 9,9                       | 8,7   | 10,0                            | 9,3                      | 9,3                      |
| Hong Kong             | 7,1                            | 10,0                      | 9,9                       | 7,5   | 9,7                             | 9,2                      | 8,9                      |
| Irlanda               | 6,1                            | 10,0                      | 9,8                       | 8,0   | 8,5                             | 9,1                      | 8,6                      |
| Nova Zelândia         | 5,1                            | 10,0                      | 10,0                      | 8,4   | 9,4                             | 8,3                      | 8,5                      |
| Finlândia             | 5,8                            | 7,8                       | 9,5                       | 8,6   | 9,9                             | 9,0                      | 8,4                      |
| Estônia               | 5,1                            | 9,6                       | 9,8                       | 6,9   | 9,3                             | 9,1                      | 8,3                      |
| Suíça                 | 6,4                            | 8,0                       | 9,6                       | 8,0   | 8,4                             | 9,3                      | 8,3                      |
| Ruanda                | 7,4                            | 7,6                       | 9,4                       | 7,6   | 9,0                             | 8,6                      | 8,3                      |
| Reino Unido           | 5,1                            | 8,4                       | 9,9                       | 7,3   | 9,5                             | 8,8                      | 8,2                      |
| Noruega               | 5,3                            | 7,6                       | 9,8                       | 7,9   | 9,1                             | 9,1                      | 8,1                      |
| Média dos 10 melhores | 6,1                            | 8,9                       | 9,8                       | 7,9   | 9,3                             | 9,0                      | 8,5                      |
| Média mundial         | 4,1                            | 5,2                       | 9,1                       | 4,5   | 8,3                             | 7,2                      | 6,4                      |
| AmLat                 | 2,7                            | 7,1                       | 9,4                       | 3,6   | 8,2                             | 6,8                      | 6,3                      |
| BRIC-B                | 4,3                            | 3,8                       | 9,1                       | 4,7   | 7,6                             | 7,6                      | 6,2                      |
| Imigr. Antiga         | 3,2                            | 8,4                       | 9,7                       | 5,4   | 8,2                             | 7,8                      | 7,1                      |
| Imigr. Recente        | 3,5                            | 4,8                       | 9,0                       | 4,1   | 8,1                             | 6,0                      | 5,9                      |
| Brasil                | 1,1                            | 4,7                       | 7,4                       | 2,7   | 5,0                             | 0,0                      | 3,5                      |